

FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

ROSEMARY BEZERRA GUIMARÃES

O Programa Bolsa Família: Análise da sua importância no enfrentamento da
pobreza no município de Soure -PA

Soure-PA
2023

Rosemary Bezerra Guimarães

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Orientadora: Profa. Dra. Cláudia Mirella Pereira Ramos

Soure-PA
2023

Ficha Catalográfica

GUIMARÃES, Rosemary Bezerra.

O Programa Bolsa Família: Análise da sua importância no enfrentamento da pobreza no município de Soure - PA /Rosemary Bezerra Guimarães. Soure: FLACSO/FPA, 2023.

Quantidade de folhas 81.

Dissertação (Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas), Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, 2023.

Orientadora: Cláudia Mirella Pereira Ramos

Rosemary Bezerra Guimarães

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA:
Análise da sua importância no enfrentamento da
pobreza no município de Soure - PA

Dissertação apresentada ao curso
Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas,
Faculdade Latino-Americana de Ciências
Sociais, Fundação Perseu Abramo, como parte
dos requisitos necessários à obtenção do título
de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas
Públicas.

Aprovada em: 28 de junho de 2023

Profa. Doutora. Cláudia Mirella Pereira Ramos - Doutora em Ciências Sociais
- Universidade Federal da Bahia – UFBA.FLACSO Brasil/FPA (orientadora)

Prof./ Dr. Aldemir Inácio de Azevedo – Doutor em Desenvolvimento
Sustentável – Universidade de Brasília – UNB) (2º membro da banca)

Profa. MSc. Andrea Lima Duarte Coutinho – Mestre em Cultura e Sociedade
pela Universidade Federal da Bahia – UFBA e Doutoranda em Saúde Coletiva
pela UFBA (3º membro da banca)

Profa.Dra: Dhanyane Alves Castro -Doutora em Ciências Sociais -Universidade
Federal da Bahia (suplente)

DEDICATÓRIA

À minha família, em especial a filha Rosa Amélia, que representa as bases dos pilares de sustentação para todas as dificuldades encontradas. Sempre me apoiaram na trajetória dessa caminhada e realização dessa pesquisa. Muito Obrigada.

Agradecimentos

A Deus, pelo dom da vida.

A minha mãe Maria Amélia (In memoria), por sempre me incentivar nos estudos.

À filha Rosa Amélia, pela compreensão nos momentos que tive ausente e por todo apoio dado.

A minha família, pela força incondicional, em especial a querida irmã Rose Guimarães, que sempre deu todo apoio, abdicando de seus computadores para me ceder em todas as horas de sufoco.

A minha amiga Isabele, por toda paciência e contribuição.

À Prof^a. Raimunda Rosa Melo, pelo apoio e contribuição

À PRof^a. Luane Sales, pelo incentivo e contribuição

À orientadora Prof^a Dra. Cláudia Mirella Pereira Ramos, por toda compreensão e orientação.

À todas as beneficiárias do programa Bolsa Família que aceitaram fazer parte dessa pesquisa e conceder as entrevistas.

À Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais (FLACSO) e Fundação Perseu Abramo, pela oportunidade e incentivo a pesquisa.

As Instituições que concederam informações: CRAS, Conselho Tutelar, Escolas Públicas.

“Onde há grande propriedade, há grande desigualdade. Para um muito rico, há no mínimo quinhentos pobres, e a riqueza de poucos presume da indigência de muitos”

Adam Smith

RESUMO

Esta pesquisa analisa a importância do Programa Bolsa Família no enfrentamento da pobreza no município de Soure-PA. As políticas de transferência de renda têm sido fortes iniciativas governamentais, fundamentais para a população brasileira e principalmente sourense, O Programa Bolsa Família no Brasil é o maior programa de transferência de renda, focalizado do Governo Federal, conseguiu tirar o Brasil do mapa da fome, contribui para combater à pobreza na redução das desigualdades sociais. Com o recebimento do benefício a pobreza existente em nossa sociedade foi amenizada, embora muitos ainda se encontram desamparados. Apesar dos avanços ocorridos acerca do Programa Bolsa Família, não ouvimos os que recebem o benefício, um trabalho que investigue a importância que o programa representa nas vidas dos beneficiários do município de Soure. Daí, se faz necessário abrir tal discussão aos beneficiários do programa Bolsa família de Soure -PA, de que modo o programa é visto e compreendido. O público alvo são famílias de baixa renda, beneficiárias do Programa Bolsa família, 25 famílias foram entrevistadas na sua residência. Para um melhor êxito da investigação, necessitou utilizar o método qualitativo e quantitativo, recorrendo à pesquisa documental e bibliográfica através do questionário de entrevista semiestruturado. Para o alcance das beneficiárias foi usado a amostragem em bola de neve, tipo de método que se baseia na indicação de um indivíduo para o outro. O programa Bolsa Família que começou pagando em média, \$72,81, SENARC (2021), hoje atingem o marco histórico de mais de \$600,00 (BRASIL, 2023). Os resultados mostram que o benefício do Bolsa família mudou significativamente a vida das famílias sourenses, dando melhor qualidade de vida, empoderando as mulheres que assumem a chefia da família, além do acolhimento em rede: Saúde, Educação e Assistência Social. Contudo, sabe-se que o benefício não é suficiente para suprir todas as necessidades, as famílias ainda se encontra em um grau de vulnerabilidade multidimensional.

Palavras chaves: Política de transferência de renda, enfrentamento da pobreza, políticas sociais e Programa Bolsa Família.

ABSTRACT

This research analyse the importance of Family Grant Program in confrontation against poverty in Pará State, Soure Municipality. The income transfer policy implemented by Federal Government, it is an initiative to confront the poverty of the Brazil population, as well as Soure Families. Family Grant is the largest income transfer Program, it has been retained by Federal Government, in combating poverty and social vulnerability. Through benefit there was a reduced of the families that are living below poorness line in our Society, however, another families need be reached for it. Despite all the advances, the families are receiving this benefit, but they were not heard, moreover, it is essencial this research work about the importance in life of the beneficiaries in Soure Municipality. Futhermore, the issue in question has been discussed the Family Grant program in Soure -PA, and understanding how the people observe it. Then, identify if Family Grant Program has contributed from economic assistance of the families and social vulnerability. Our tagert audience were low income 25 families, beneficiaries of the Family Grant program, they were interviewed at home. On account of this research, it has chosen Qualitative and Quantitative method, even as, were applied documentary Research and bibliographic Research, through interview questionnarie with questions semi-structured. The survey datas sampling, the method was based in Graphic, including each participants. Firstly, The Family Grant Program has begun with payment in averege \$72,81, SENARC (2021), currently, this value reached a historical validation, more than \$600,00 (BRASIL, 2023). For this reason, the results have been shown that the benefit mainly changed of the families' life in Soure, improving quality of life, empowering women that are breadwinner in their house, beyond, assistance of the families, such as: Health, Education and Social Assistance. Nevertheless, this benefit is not enough to reach all the families, for this reason, the families still were in condition of the multidimensional poverty.

Keywords: income transfer policy, confrontation of the poverty, Social Policies and Family Grant.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - índice de Desenvolvimento da Educação Básica — Escolas Públicas e Estaduais - 2021	622
Tabela 2 - Taxa de Rendimento do Ensino Fundamental Total e Estadual - 2021	633
Tabela 3 - Taxas de Mortalidade Infantil, na Infância e Materna — 2021*	666
Tabela 4 - Infraestrutura de Saúde e Atenção Primária - 2022.....	666
Tabela 5 - Relação de pobreza nas regiões do Marajó	67
Tabela 6 - Pessoas, % de Pobreza e de Extrema Pobreza, Famílias e % de Famílias Beneficiárias - Cad Único - Dez/2022.....	68

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Programação de pesagem dos beneficiários do Bolsa Família.....	70
Figura 2 - Amostra das entrevistas, autorizado para anexar à pesquisa	71

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Situação Habitacional das entrevistadas	555
Gráfico 2 - Complemento de renda das entrevistadas	566
Gráfico 3 - Como o benefício é mais utilizado?	588

LISTA DE SIGLAS

BPC - Benefício de Prestação Continuada
BVG - Benefício variável à gestante
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CRAS – Centro de Referência em Assistência Social
FAPESPA- Fundação Amazônica de Amparo a Estudo e Pesquisa
FASC – Fundação de Assistência Social e Cidadania
FIES - Fundo de Financiamento Estudantil
FMI- Fundo e Monetário Internacional
FGV - Fundação Getulio vargas
IPEA - Instituto de Pesquisa Economica Aplicada
IPH Indece de Pobreza Humana
LBA - Legião Brasileira de Assistência
LDO - Lei de Diretrizes orçamentária
LOA - Lei Orçamentário Anual
LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social
LRF-Lei de Responsabilidade Fiscal
MEC-Ministério da Educação
MDS- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Mc – Evangelho segundo São Marcos Mt – Evangelho segundo São Mateus
NASF – Núcleo de Apoio Sócio -Familiar
PAB -Programa Auxilio Brasil
PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIB -- Produto Interno Bruto
PNAS – Política Nacional de Assistência Social
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PBF – Programa Bolsa Família

PBSM-Plano Brasil Sem Miséria

PPA - Plano Plurianual

PROUNI Programa Universidade para todos

PGRM - Programa de Garantia de Renda Mínima

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB-Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDHM-Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IFDM-Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal

SAGI -Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

SEBRAE- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SISAN-Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

Sumário

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO I - HISTÓRICO DE UM BRASIL MARCADO PELA POBREZA	23
1.1 A Formação do Estado Nacional e formação do capitalismo no Brasil	29
1.2 O impacto da crise da covid-19, nas políticas de transferência de renda.	322
1.3 Política Pública e Política Social	333
CAPÍTULO II - TRANSFERENCIA DE RENDA E SISTEMA DE PLANEJAMENTO DO SETOR PÚBLICO BRASILEIRO	39
2.1 O Programa Bolsa Família e a transitoriedade do sistema ao enfrentamento da pobreza no Brasil contemporâneo.	42
CAPÍTULO III – O BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE SOURE: QUALIDADE DE VIDA, IMPODERAMENTO E INTEGRAÇÃO SOCIAL.....	50
3.1 Metodologia Utilizada na pesquisa.....	51
3.2 Análise da importância do Bolsa Família no enfrentamento da pobreza no município de Soure.....	53
3.3 As vozes das beneficiárias do Programa Bolsa Família	59
3.3.1 Dados estatísticos na educação	622
3.3.2 Importâncias dos cumprimentos das condicionalidades na educação	644
3.3.3 Importâncias dos cumprimentos das condicionalidades na Saúde	655
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	72
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	76
Apêndice A - Roteiro de Entrevistas utilizado com as Beneficiarias do PBF.....	80
Apêndice B - Mapa geográfico do município de Soure.....	81

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa enfatiza a pobreza no município de Soure e a importância que o Programa Bolsa Família representa nesse enfrentamento. Soure, localizado na zona fisiográfica da Ilha do Marajó, Estado do Pará, Região Norte do Brasil com 25.752 habitantes (IBGE, 2023). O Programa Bolsa Família através das políticas de transferência de renda têm sido fortes iniciativas governamentais para a população brasileira, com a retirada do Brasil do mapa da fome, com investimento de \$ 13 bilhões do Governo Federal em 2023. Esta realidade se reflete para o resto do Brasil, para as regiões mais atingidas como é o caso da região Norte do Brasil, especificamente o município de Soure. Afirma Walquíria Leão e Rego Pinzani (2013) que “O programa Governamental suscita um número crescente de estudo, mas em praticamente todos eles, não se dar voz aos que recebem o benefício”. A teoria crítica e a sociologia crítica renunciam os modelos vigentes na sociedade, justamente porque tais modelos não cumprem suas promessas, ou simplesmente pelo fato de trazerem consequências negativas para os indivíduos que nela vivem, como por exemplo a alienação, o comodismo, a dependência. Walquíria Rego e Alessandro Pinzani (2013) “É a crítica pela qual o capitalismo produz alienação, em vez de tornar os indivíduos autônomos”. Seria nesse sentido o mau funcionamento do sistema.

Daí, se faz necessário desenvolver a pesquisa para os beneficiários do Bolsa Família, do município de Soure, pois o Programa Bolsa Família apresenta vantagens e desvantagem apontadas por críticos. As principais desvantagens residem no fato de que no longo prazo, cria-se uma espécie de dependência da população carente em relação ao governo. Além disso, o programa não promove capacitação com foco nas beneficiárias, incentivando o aprendizado em uma profissão que poderia somar com a renda familiar e futuramente liberta-las da dependência do programa

Dessa forma, o questionamento dos autores tem relevância, pois apesar dos inúmeros estudos, não se tem um trabalho que investigue a importância que o programa representa nas vidas dos beneficiários do município de Soure. Isso porque eles não são ouvidos nem questionados, pelo menos uma campanha que possibilite apontar os aspectos positivos e negativos do programa. Daí se faz necessário abrir tal discussão que permeia a investigação para efeito desta dissertação. De que forma o Programa Bolsa Família no município de Soure é visto e compreendido, partindo desse princípio, pretende-se identificar qual a relevância que o programa ofertado pelo Governo Federal, tem no combate à pobreza e desigualdade social em suas famílias. Sabe-se que o Bolsa Família não pretende ser uma solução para a pobreza ou a

fome, atua como medida paliativa e emergencial. O recebimento do benefício, diminuiu a pobreza existente em nossa sociedade, embora muitos ainda se encontram fora das políticas de transferência de renda. Sem dúvidas o programa significa uma verdadeira revolução na sociedade brasileira, dada a magnitude de inclusão no circuito econômico, a transferência de recursos para os municípios mais pobres, a promoção da consciência de cidadania por parte dos segmentos mais pobres da população.

O Programa Bolsa Família, com repercussão internacional é o maior programa focalizado de transferência direta de renda do Brasil. As políticas sociais focalizadas, essas são voltadas para um grupo com vulnerabilidade específica como exemplo temos o programa de transferência de renda Bolsa Família, o conceito dessa política focalizada é associada a uma ótica mercadológica de política social, ela é para muitos estudiosos da área, é considerada mais barata, o Bolsa Família por exemplo tem um gasto que fica em torno de meio por cento do BIP (Produto Interno Bruto) e alcança um significativo número de famílias, impactando na pobreza intergeracional que tem impacto na educação e na alimentação.

Em 2004, através da Lei 10.836/2004, esses programas foram unificados no governo do atual Presidente Luiz Inacio lula da Silva. Sitcovsky (2010), lembra do século 20 onde as conferências de assistência social e as manifestações populares já apontavam a necessidade de fortalecer o dever do Estado ao lado da saúde e da previdência no tripe da seguridade social como demanda a constituição de 1988. O programa ao longo desses 20 anos, passou por diversas mudanças.

Em 2003, as famílias recebiam em média, \$72,81, hoje, atingem o marco histórico já registrado na existência do programa, houve um avanço enorme não só no aumento do benefício, mas também na cobertura social. O novo Bolsa Família, volta com a antiga nomenclatura, após ter sido extinto no governo Bolsonaro, que substituiu pelo Programa Auxílio Brasil (PAB) volta decretando que nenhuma família poderá receber menos que \$ 600,00 reais (BRASIL, 2023). Essa turbinada no aumento do auxílio, se deu inicialmente na pandemia do COVID-19, matando milhares de pessoas no mundo inteiro. A economia foi fortemente atingida, uma vez que foi necessário manter o distanciamento e isolamento social, fechando as portas das empresas públicas e privada. Dessa forma, o PBF também sofreu alterações significativas. O projeto de Lei 1102/20, apresentado a câmara dos deputados aumenta em 50% o benefício enquanto durar a pandemia. O Governo Federal declarou a inclusão de 1,2 milhões de famílias no programa, chegando ao um total de 14,2 milhões de famílias beneficiadas.

A pesquisa contou com as fontes estatísticas para fundamentação da pesquisa, órgão consultados como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Economica Aplicada (IPEIA), Fundação Amazônica de Amparo a Estudo e Pesquisa (FAPESPA), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) e Cadastro Único. As informações coletadas também foram consultadas no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), além dos textos normativos, acadêmicos, Leis, decretos, relatórios, levantamentos de diagnóstico da Ilha de Marajó, revistas e sites.

As políticas de condicionalidades funcionam normalmente, as famílias são assistidas pela rede de assistência Social através dos CRAS, CREAS, Conselho tutelar, e acompanhamentos de passagem como mostra a imagem, o cronograma da pesagem, realizadas no ginásio de esporte do município, Abel Nunes de Figueiredo, as datas são programadas de acordo o número do NIS de cada beneficiário.

Assistência Social (CREAS), bem como o acompanhamento do Conselho Tutelar, quando tem violação de direitos o Conselho tutelar é acionado. Além disso, o monitoramento com a educação que apresentou uma redução no índice de evasão escolar, e antes do PBF, as escolas tinha que realizar busca ativa, hoje essa realidade mudou, o índice de reprovação também diminuiu. Entretanto o Índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB) ainda não é satisfatório; o Conselho tutelar relatou que diminuiu consideravelmente o número de trabalho infantil, com o PBF as crianças saíram das ruas, era comum ver crianças e adolescente vendendo nas ruas da cidade como: chope, coxinha, muruci, óleo de bicho, prática que deixava essas crianças mais vulneráveis.

O período da pesquisa transcorre entre os anos de 2015 a maio de 2023, o público alvo são famílias de baixa renda, beneficiarias do Programa Bolsa família, 25 famílias foram entrevistadas na sua residência. A investigação, necessitou utilizar o método qualitativo e quantitativo, recorrendo à pesquisa documental e bibliográfica através do questionário de entrevista semiestruturado que foram gravadas e transcritas.

Como não tivemos muito acesso a lista das beneficiarias, recorreremos para o alcance delas, o uso da amostragem em bola de neve, tipo de método que se baseia na indicação de um indivíduo para o outro, isso foi possível porque a cidade é pequena, onde as pessoas se conhecem e frequentam lugares em comum. Além, do fato de que o benefício é um direito social que tem garantido a sobrevivência de muitas famílias, principalmente nos interiores da Região Norte do Brasil onde a pobreza é alarmante, tendo em vista que a população sofre com

fome, desemprego, péssimas condições nos sistemas de habitação, saneamento básico, saúde precária com atendimentos limitados e educação de qualidade.

Com tudo, as beneficiárias apresentam índices de vulnerabilidade multidimensional, apresentam várias dificuldades, a maioria delas, são mães solteiras, esse é fator importante porque infere a formação da família que já se constitui desestruturada, sozinhas tem que dar conta das necessidades diárias da família. Essa estatística brasileira mostra que 17,2 milhões das famílias beneficiadas têm como responsável uma mulher 81,2%, do total (BRASIL,2023).

O primeiro capítulo apresenta o histórico de um Brasil marcado pela pobreza, um panorama que contextualiza a formação do Brasil, sob os moldes de uma sociedade capitalista e exclusora, que herda fortes raízes no processo de sua formação, evidenciado a pobreza e as políticas públicas e sociais.

O segundo capítulo, refere-se as políticas de transferência de renda e sistema de planejamento do setor público brasileiro, busca apresentar uma discussão da trajetória social que perpassa as políticas de transferência de Renda e as diretrizes que por elas transitam, até chegar ao um denominador comum. A organização fiscal e os parâmetros e diretrizes de como são elaboradas e aplicadas. Nessa abordagem a política de transferência de renda é a principal questão que traz ênfase a este trabalho. Programa de transferência de renda condicionado Bolsa Família e a sua transitoriedade.

O terceiro capítulo e último, apresenta o Programa Bolsa Família no Município de Soure: resultados obtidos através da entrevista das beneficiárias do Programa Bolsa Família, no enfrentamento da pobreza. Qualidade de vida, empoderamento e integração social. Esse capítulo, mostrar o que revelou a pesquisa e seus maiores resultados.

Dada a importância do Programa Bolsa Família para o enfrentamento da pobreza que assola a sociedade brasileira, desafiando os processos da ciência política brasileira, para buscar soluções cabíveis que amenizem as vulnerabilidades que assolam a humanidade. A teoria crítica e a sociologia crítica renunciam os modelos vigentes na sociedade, justamente porque tais modelos não cumprem suas promessas, ou simplesmente pelo fato de trazerem consequências negativas para os indivíduos que nela vivem, como por exemplo a alienação, o comodismo, a dependência. Walquíria Rego e Alessandro Pinzani (2013), “É a crítica pela qual o capitalismo produz alienação, em vez de tornar os indivíduos autônomos”. Seria nesse sentido o mau funcionamento do sistema. Daí, se faz necessário desenvolver a pesquisa para os beneficiários do Bolsa Família, do município de Soure, pois o Programa Bolsa Família apresenta vantagens e desvantagem apontadas por críticos.

Segundo Jorge de castro (2012), a política social no Brasil, é marcada por políticas específicas com baixa coordenação entre elas e grandes desafios em termos de abrangência (universalidade e integridade) e qualidade de bens de serviços oferecidos. Dessa forma é difícil pensar a política social brasileira na perspectiva da ideia de estado de bem-estar social. No caso da Bolsa Família (PBF) utiliza-se a transferência em dinheiro que os beneficiários têm liberdade de gastar no mercado segundo sua preferência, sem restrições e determinações políticas. Essa transferência direta de renda associada a política de assistência social ainda é composta pelo PBF, voltada a família em situação de vulnerabilidade social.

Estima-se que esse programa alcance cerca de 50 milhões de pessoas. Daí a importância da análise do Programa Bolsa Família no enfrentamento da pobreza para os beneficiários do município de Soure. Abrindo um leque para discutir o programa a partir do ponto de vista dos sujeitos dessa pesquisa, no sentido de identificar a relevância do programa Bolsa Família no combate à pobreza e desigualdade e suas contribuições para atender as vulnerabilidades sociais no melhoramento da qualidade de vida a partir dos cumprimentos das condicionalidades exigidas.

Em 2019 o Brasil e o resto do mundo foram surpreendidos por uma pandemia causada por um vírus mortal que se propagava rapidamente, denominado COVID-19, matando milhares de pessoas no mundo inteiro. Acerca disso, várias medidas foram adotadas para suprir o problema de saúde pública global. A economia foi fortemente atingida, uma vez que foi necessário manter o distanciamento e isolamento social, fechando as portas das empresas públicas e privadas o que privava as pessoas de circularem nas ruas e em outros ambientes sociais, as quais ficavam em isolamento em suas residências, funcionando apenas os serviços emergenciais de forma reduzida. O mundo parou de funcionar normalmente com o objetivo de conter a contaminação populacional e evitar mais óbitos.

Dessa forma, o PBF também sofreu alterações significativas. O projeto de Lei 1102/20, apresentado a câmara dos deputados aumenta em 50% o benefício enquanto durar a pandemia causada pelo vírus covid-19. O Governo Federal declarou a inclusão de 1,2 milhões de famílias no programa, chegando ao um total de 14,2 milhões de famílias beneficiadas.

Durante esse período foram suspensas as coletas de frequência escolar; os acompanhamentos de saúde de crianças de 7 anos e de mulheres não grávidas; o valor do benefício também sofreu mudanças, cada família passou a receber R\$ 600,00 ou R\$ 1.200,00 para mulheres chefes de famílias. A condicionalidade de educação do PBF exige frequência escolar de 85% para criança e adolescentes de 6 a 15 anos, e de 75% para jovens de 16 e 17 anos. Isso envolve coleta, processamento e acompanhamento bimestral; ações articuladas entre

o Ministério da Educação (MEC) e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). A rede Nacional de acompanhamento inclui os 5.570 municípios brasileiros, com aproximadamente 30 mil operadores do Sistema Presença do MEC. Mais de 1 milhão de pessoas trabalham para coletar e acompanhar, em cerca de 170 mil escolas, informações individualizadas de mais de 17 milhões de estudantes. A ex-ministra do Desenvolvimento Social Tereza Campello do Governo Dilma, em entrevista com a Rede TVT, crítica o Programa Auxílio Brasil. Segundo ela, a nova medida desconstrói todo o progresso realizado ao longo desses 18 anos. O que era um programa simples e eficiente, construído em parcerias com as prefeituras municipais, passou a ser algo duvidoso, segundo ela, foi mais para excluir do que incluir, devido a sua complexidade estrutural, além do recurso que não foram definidos. Com o Bolsa Família tudo era mais simples, com resultados concretos, alcançando as esferas sociais de fato, como por exemplo o monitoramento dos cumprimentos das condicionalidades de educação que exigiam frequência escolar de 85% para crianças e adolescentes de 06 a 15 anos, e de 75% para jovens de 16 e 17 anos.

Partindo do princípio que o programa Bolsa Família no Brasil é o maior programa de transferência de renda do governo Federal. Helmut Schwarzer pesquisador do IPEA (2013) O Bolsa Família abrange 13,8 milhões de famílias (mais de 50 milhões de pessoas), com um orçamento de apenas 0,5% do produto interno bruto (PIB) contribui para o combate à pobreza e na redução das desigualdades sociais em todas as esferas públicas, governos municipais, estaduais e federais, as políticas de transferência de renda têm sido fortes iniciativas governamentais que tiveram enorme significância para a população brasileira e principalmente no interior, com o recebimento do benefício a pobreza existente na sociedade do município de Soure-PA foi amenizada. Sem dúvidas o programa é uma saída para aqueles que não tem com quem contar, com a escassez de trabalho e poucas oportunidades de crescimento, a população mais carente ficar sem alternativa para sobreviver,

No município de Soure, o total de famílias inscritas no cadastro único em janeiro de 2022 era de 6.532 dentre as quais: 4.042 com renda per capita familiar de até R\$89,00 ; 74 com renda per capita familiar entre R\$ 89,00 e R\$ 178,01; 1.177 com renda per capita familiar entre R\$178,01 e meio salário mínimo e 993 com renda per capita de meio salário mínimo .

O PBF beneficiou no mês de outubro de 2021, 3.695 famílias, representando uma cobertura de 131,3% da estimativa de famílias pobres no Estado. O valor total transferido pelo Governo Federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R\$ 678.502,00 no mês. Com base no bimestre de novembro de 2019, o acompanhamento da frequência escolar atingiu o

percentual de 93,2% para crianças e adolescente de 6 a 15 anos, o que equivale a 3.466 alunos acompanhados em relação ao público no perfil equivalente a 3.717 para o jovem entre 16 e 17 anos, o percentual atingido foi de 91,4%, resultando em 886 jovens acompanhados em um total de 969. Já o acompanhamento da saúde das pessoas, crianças até 7 anos e mulheres de 14 a 44 anos, em dezembro de 2019 atingiu 63,3 percentual 5.310 pessoas de um total de 8.386 que compunham o público no perfil para acompanhamento da área de saúde do Estado, informações retiradas da Secretaria de avaliação e gestão da informação (BRASIL, 2023).

Sabe-se que o Bolsa Família não pretende ser uma solução para a pobreza ou a fome, atua como medida paliativa e emergencial, porém confirma-se que o benefício do Bolsa Família, sem dúvidas significa uma verdadeira revolução nas famílias sourenses, em virtude das mudanças positivas identificadas como: qualidade na alimentação, garantia na compra de medicamentos, material escolar, a segurança de ter uma renda certa no final do mês, que possibilita uma alternativa de crédito no comércio local. Diminuição nos indicadores da saúde e educação, entretanto é necessário intensificar as políticas públicas, dado ao grau de vulnerabilidade multidimensional existente. Estimular o fortalecimento das beneficiárias do PBF é o que realmente as libertará, com uma política de igualdade e oportunidade que proporcione e dê condições de viver dignamente para fortalecer seu empoderamento.

CAPÍTULO I - HISTÓRICO DE UM BRASIL MARCADO PELA POBREZA

Este capítulo pretende discorrer acerca da trajetória histórica de um país marcado pela pobreza presente em diversas esferas sociais. Sendo necessário enfatizar as diretrizes que introduz à política pública e política social, cuja abordagem pretende discutir as diferentes concepções e aspectos conceituais relativos a essas políticas, observando, reduzir a desigualdade social, analisando as concepções de promoção e proteção social e seus desafios frente a desigualdade.

É de suma importância ressaltar que a política do Estado Nacional seja problematizada a partir de um olhar científico, que nos permite traçar passos constitutivos do Brasil, a fim de compreendermos sua trajetória ao longo do processo que se constitui o desenvolvimento de uma Nação, observando as principais questões sociais que inferem a força do poder Estatal. Pois sabemos que a estrutura social dita a forma como a sociedade se organiza.

São imprescindíveis para o desenvolvimento social de um país, suas estratégias, formulações, aplicações de políticas, tudo isso, são veículo por onde se obtém resultados concretos com o objetivo de diminuir os altos índices de desigualdades sociais, cujo foco maior é promover a inclusão das camadas mais pobres, assegurando os direitos básicos da cidadania.

A pobreza é um fenômeno presente em diversas sociedades em todo planeta terrestre pode ter vários significados, depende de como ela é vista, compreendida, observada em suas causas e seus efeitos no cotidiano dos sujeitos. A pobreza tornou-se objeto de estudo a nível mundial, sob um olhar multidimensional que busca encontrar melhores estratégias para calculá-la, para isso, é preciso indentificar quais suas maiores causas, onde elas se encontram, quem são esses sujeitos, como vivem, onde moram, que sistema político pertencem? vários questionamentos a serem respondidos acerca do fenômeno pobreza que necessitam de inúmeras pesquisas. Então o que de fato é pobreza, qual seria sua definição?

Definir ou conceituar o fenomeno pobreza é desafiador, dada as grandes diferenças interpretativas, pois envolve componetes subjetivos e ideológicos. Os modelos de de proteção social que priorizam amenizar as urgências da pobreza.

“A população pobre é identificada por mecanismos cada vez mais sofisticados de focalização, e a situação de pobreza de seus beneficiários é condição de acesso aos serviços. O critério dominante para esse reconhecimento é o da renda do indivíduo ou de sua família, claramente insuficiente, já que a pobreza não se resume à ausência de renda, mas envolve um conjunto de elementos que expressa sua complexidade e multidimensionalidade, entre os quais a destituição de poder, trabalho e informação, a ausência nos espaços públicos, o (não-)acesso e usufruto dos serviços públicos básicos. A pobreza, mais do que medida monetária, é relação social que define lugares sociais, sociabilidades, identidades”. (RAICHELIS, 2006, P.27)

Diante disso, podemos entender a pobreza sendo multidimensional porque abrange múltiplos aspectos de privações, que vai além da renda, que é considerada unidimensional. O relatório apresentou um índice altíssimo multidimensional em diversos países, estuda o nível de composição da pobreza de 109 países, contemplando 5,9 bilhões de pessoas, 09 grupos étnicos vivem 90% em situação de pobreza, a qual é examinada observando as privações experimentadas no cotidiano como: saúde precária, educação insuficiente e baixo padrão de vida.

Na América Latina, os indígenas estão entre os mais pobres, a porcentagem de pessoas multidimensionalmente pobres é mais alarmante entre etnia e raça; o estudo aponta também a pobreza multidimensional em gênero, dois terços das pessoas pobres sendo 836 milhões pertencem as famílias em que nenhuma mulher completou seis anos de escolaridade, concluindo que elas correm mais risco de violência pelo parceiro. O relatório também mostrou que desses 109 países pesquisados 1,3 bilhões de seres humanos são multidimensionalmente pobres, metade são crianças menores de 18 anos e vivem com saneamento inadequado e moradia precária .

O Instituto de pesquisa Econômica Aplicada (Ipeia) em 2006 apresentou um estudo denominado “Pobreza multidimensional no Brasil” que teve como objetivo, assim como as outras pesquisas, calcular o índice de pobreza de forma multidimensional, o estudo analisou a pobreza em outras dimensões, apresentando indicadores sintéticos semelhante ao IPH Vulnerabilidade (Índice de Pobreza Humana), através da pesquisa domiciliar, para isso elegeram seis dimensões, 26 componentes e 48 indicadores: primeiro Vulnerabilidade, segundo Pnad, identificou cinco componentes para essa dimensão: cuidado com crianças, adolescente e jovens, atenção com idosos, dependência demográfica e presença da mãe; segunda dimensão falta de acesso ao conhecimento, com três componentes: analfabetismo, escolaridade formal e qualificação profissional; acesso ao trabalho refere-se a oportunidade do cidadão utilizar sua capacidade produtiva; desenvolvimento infantil, segundo o Pnad quatro

componentes foram identificados: trabalho precoce, evasão escolar e maternidade infantil; carência habitacional segundo Pnad, destaca: propriedade do imóvel, deficit habitacional, capacidade de abrigar, acesso inadequado a água, acesso inadequado ao saneamento sanitário, falta de acesso a coleta de lixo, falta de acesso a eletricidade, falta de acesso a bens duráveis.

Já se passam quase 20 anos da realização dessa pesquisa e pouca coisa mudou, pois a pesquisa mostrou que em todos os grupos existe um grau de pobreza acima da média entre eles, os que moram na área rural são os mais pobres, com quase 40% de pobreza. Assim como: idosos, crianças e os negros, com cerca de 30% de pobreza, o grupo com menos grau de pobreza é o de famílias chefiadas por mulheres, com 28% de pobreza. Sendo assim, 50% dos grupos mais pobres são constituídos por famílias chefiadas por mulheres negras com baixo grau de escolaridade, até quatro anos de estudo que vivem na Região Nordeste em áreas rurais.

O grupo pobre mais típico é o formado por crianças chefiadas por mulheres negras com baixa escolaridade, que estão economicamente desocupadas. São relatos preocupantes porque a pobreza vai sendo uma realidade que perpassa de geração em geração, e vai comprometendo o desenvolvimento intelectual das crianças que temem a seguir as malezas de precariedade que vivenciam. Segundo Kliksberg (2014 p.10):

“Os mais atingidos são os mais vulneráveis, as crianças. Os déficits de desnutrição nos primeiros anos de vida são pagos com prejuízos para toda vida. Segundo a Unicef, se uma criança não se alimenta adequadamente em seus primeiros anos de vida, as conexões interneuronais em seu cérebro não serão estabelecidas, e ela ficará com retardos e deficiência severa”.

São imprescindíveis para o desenvolvimento social de um país, suas estratégias, formulações, aplicações de políticas, tudo isso, são veículo por onde se obtém resultados concretos com o objetivo de diminuir os altos índices de desigualdades sociais, cujo foco maior é promover a inclusão das camadas mais pobres, assegurando os direitos básicos da cidadania.

A pobreza é um fenômeno presente em diversas sociedades em todo planeta terrestre pode ter vários significados, depende de como ela é vista, compreendida, observada em suas causas e seus efeitos no cotidiano dos sujeitos. A pobreza tornou-se objeto de estudo a nível mundial, sob um olhar multidimensional que busca encontrar melhores estratégias para calculá-la para isso, é preciso indentificar quais suas maoires causas, onde elas se encontram, quem são esses sujeitos, como vivem, onde moram, que sistema politico pertencem? são varios questionamentos a serem respondidos acerca do fenomeno pobreza que necessitam de enumeras pesquisas. Então o que de fato é pobreza, qual seria sua definição?

“A percepção da pobreza como conceito relativo é uma abordagem de cunho macroeconômico, assim como o conceito de pobreza absoluta. A pobreza relativa tem relação direta com a desigualdade na distribuição de renda. É explicitada segundo o padrão de vida vigente na sociedade que define como pobres as pessoas situadas na camada inferior da distribuição de renda, quando comparadas àquelas melhor posicionadas” (Crespo e Gurovitz, 2002, p.03)”

A respeito do conceito de pobreza relativa, está relacionado ao grau de privações, o modo de vida em uma determinada sociedade. “as necessidades a serem satisfeitas em função do modo de vida predominante na sociedade em questão”. (Rocha, 2006), o que implica dizer e que a pobreza passa a ser função unicamente da desigualdade de renda em uma sociedade, o que é questionável, pois se o PIB daquele país subir, o nível de pobreza não terá efeito algum, a não ser que ocorra uma queda na desigualdade.

“Linhas de pobreza relativas são formuladas com base em uma fração da renda média ou, mais frequentemente, da mediana. A justificativa é que se a média ou a mediana estabelece o padrão de consumo de uma dada sociedade, então uma fração deste mesmo padrão pode servir como referência para aquilo que aquela sociedade considera abaixo do padrão aceitável de consumo”. (SOARES, 2009, p.30)

Esses conceitos vão sofrendo modificações com o passar do tempo, mas o fenômeno continua presente em nossas vidas. A pobreza no Brasil tem marcas de origem estrutural desde a colonização, sempre foi um país cuja formação se constituiu as bases de uma sociedade escravista, monopolista que deixou fortes raízes germinando durante séculos em nossas vidas e essa realidade torna-se mais cruel em se tratando das regiões do Norte do Brasil que sofre com as piores atrocidades como é o caso da região norte do estado do Pará, onde fica a Ilha de Marajó, considerada a maior ilha fluviomarítima do mundo, mas que carrega marcas de violência e extrema pobreza conforme mostra o estudo do SEBRAE:

“O menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país, estão localizados na região do Marajó, assumem o primeiro rank de maior taxa de pobreza do Pará com um percentual de 73,1%, em altos índices de exploração sexual e trabalho infantil e contra as mulheres em relatos de agressão, invasão de privacidade e mesmo privação do direito de ir e vir. Fatos que se repetem em outros grupos sociais, como os dos jovens e idosos, também a título de exemplo. Fatores como a pobreza e a exclusão histórica do Arquipélago do esforço regional de desenvolvimento, explicam, em grande parte, tais circunstâncias. Dos 16 Municípios que integram a região, 08 estão entre os 50 de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do País, sendo que o de pior índice se encontra no Marajó” (SEBRAE, 2023)”

O trecho em questão aborda a realidade da região do Marajó. Nessa região, observa-se um preocupante taxa de pobreza, alcançando 73,1% da população local. Além disso, são registrados altos índices de exploração sexual, trabalho infantil e violência contra as mulheres, incluindo relatos de agressão, invasão de privacidade e restrição da liberdade de ir e vir. Esses problemas também se estendem a outros grupos sociais, como os jovens e idosos. A pobreza e a exclusão histórica enfrentadas pelo Arquipélago do Marajó são fatores que contribuem significativamente para essas circunstâncias preocupantes. Apesar de muitas riquezas naturais, a Região do Marajó possui um histórico pautado na miséria, O descaso do Estado faz com que o crime organizado cresça cada vez mais. A região que é cercada de água, torna-se propícia para os traficantes de drogas, e principalmente o roubo de combustível efetuados pelas quadrilhas de pirataria, mas a exploração sexual é o problema mais comum na ilha. (JR, 2018).

Dos 16 municípios que compõem a região, oito estão entre os 50 com menor Índice de Desenvolvimento Humano no país, sendo que o pior índice se encontra no Marajó. Essas informações revelam a grave situação socioeconômica enfrentada pela população do Marajó e destacam a necessidade de ações e políticas públicas que promovam o desenvolvimento e o combate à pobreza nessa região. A exclusão histórica e a falta de investimentos contribuem

para perpetuar as desigualdades e dificultam o acesso a serviços básicos, educação, saúde, infraestrutura e oportunidades de trabalho.

Diante desse panorama, é imprescindível haver uma atuação integrada dos órgãos governamentais, organizações não governamentais e da sociedade na totalidade, a fim de enfrentar e reverter os problemas enfrentados pelo Marajó. Investimentos em infraestrutura, educação, saúde, geração de emprego e renda, assim como o fortalecimento de políticas de proteção social, são fundamentais para superar os desafios e promover um desenvolvimento mais equitativo e sustentável na região.

É importante ressaltar que a mudança desse cenário não depende apenas de ações pontuais, mas sim de uma abordagem abrangente e comprometida com a garantia dos direitos humanos, a promoção da igualdade de oportunidades e a valorização da dignidade de todas as pessoas que vivem no Marajó. Somente assim será possível superar as disparidades e construir um futuro mais justo e próspero para essa região e sua população.

1.1 A Formação do Estado Nacional e Formação do Capitalismo no Brasil

Sabe-se que a formação, o desenvolvimento e a consolidação do Estado brasileiro englobam vários aspectos no decorrer de nossa história. Os impactos que a construção tardia do Estado desigual perpassa por vários processos de transformação. O movimento de transformação da máquina estatal e o processo de conformação das estruturas materiais do Estado que atendem aos propósitos das políticas econômicas de caráter Nacional, os quais possibilitaram graus elevados de estatização.

Com a crise de 1930 as condições dos planos econômicos e políticos, um período extremamente ambíguo, oprimidos pela máquina burocrática- administrativa que condensa e exprime as relações básicas da sociedade brasileira. A dinâmica política da chamada república velha, abre um leque de reflexões em relação aos direitos políticos sociais. A velha política brasileira que parece não ter fim. O primeiro momento da cidadania no Brasil passa a ser marcado pela exclusão e distorções formada por pequenos grupos de homens que se organizam sob uma ordem que visa os interesses privados, daí surgem os acordos que são classificados como pactos do mandonismo, do clientelismo, fazendo valer a velha ordem: manda quem pode, obedece quem tem juiz. O período correspondido entre os anos 1930 a 1980 passou por um processo de industrialização foi carente de reformas modernas, como reformas agrária, tributárias e sociais, que resultou uma deficiência social.

Com a ausência da democracia que foi arrastada pelo tempo, ampliando a desigualdade social em toda a esfera Nacional. O fato que a cidadania brasileira ficou comprometida. No decorrer da história tornou-se normal dividir a cidadania em três direitos: Civis, políticos e sociais.

Para o autor inglês Marshall (2002), a cidadania seria composta por um conjunto de direitos civis e de garantia das liberdades individuais e que tem como princípio as ideias de preservação da vida em defesa dos princípios de liberdade, e igualdade, assim estamos tratando de um processo de construção de um Estado moderno, mas não esquecendo que este Estado é capitalista e conseqüentemente burguês e vai visar a proteção à propriedade privada. Esse direito civil seria complementado por um conjunto de direitos políticos com objetivo de defender o aperfeiçoamento e a implementação de mecanismos de representação do governo por parte da sociedade, isso contemplaria o direito de votar e ser votado, com liberdade de organização, de livre opinião.

Os direitos civis, seguidos dos direitos políticos seriam completados pela esfera dos direitos sociais, que se fundamentam em construir instrumentos para propiciar participação de todos no processo de produção e apropriação de riquezas frente à coletividade. Dessa forma, o avanço dos direitos civis seria resultado das conquistas por liberdades individuais vindas das lutas promovidas ao longo do século XVIII, uma vez consolidadas essas liberdades, o segundo passo seria a reivindicação em favor ao direito de participação na vida política, o que conformaria à agenda do século XIX.

Segundo Carvalho (2008), adere esses elementos da elaboração de formação dos três direitos citados, mas com algumas ressalvas, observando que no Brasil essa lógica não transcorreu bem assim. Para Carvalho (2008), teria no Brasil em primeiro lugar, o avanço dos direitos sociais, em sequência os direitos políticos e só recentemente os direitos civis, o que conformaria um processo de construção cidadã. Isso significa dizer que a construção dos direitos da cidadania no Brasil vai se iniciar na década de 30 com o Estado novo, marcada por valores autoritários. Conforme Carvalho (2008, p.09) "Direitos civis são os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei".

Diante dessa premissa observada como aponta carvalho (2008), o Brasil nasce a partir dessa dinâmica de construção da tutela do Estado sobre a sociedade, marcada por uma cultura autoritária, mantendo o poder excessivo de hierarquia secundarizando o conjunto das lutas políticas sociais que a sociedade brasileira empreendeu para consolidar a construção da cidadania no Brasil. Para Wanderley dos Santos (1997) a construção da cidadania no Brasil se dá não só com um processo de tutela, mas sim, como processo de regulação que envolve contradições entre Estado, mercado e a sociedade civil, a construção histórica, o período colonial, vai trazer um conjunto de obstáculos e dificuldades, nesse processo de construção da cidadania.

Segundo Caio Prado Júnior (1942), a forma organizacional vai se pautar na lógica do latifúndio exportador monocultor escravista, um longo período marcado pelas impossibilidades em virtude dessa forma de organização econômica do latifúndio monocultor que inviabiliza a possibilidade de construção de direitos.

A lógica exportadora inviabiliza a construção de direitos sociais, a intensificação do grau de exclusão da base escravista, impede o desenvolvimento tanto dos direitos civis quanto dos direitos políticos, assim como dos direitos sociais. E nessa longa trajetória, o Brasil colonial vai constituir uma formação de pessoas escravizadas e excluídas, tratadas de forma desumanas, assim, falamos de cidadania entre os séculos XVI até o início do século XIX, e

está se referindo na construção de direitos para uma pequena elite econômica que domina o latifúndio monocultor.

O Brasil carrega o fardo da herança do período colonial, uma sociedade analfabeta, escravocrata, onde a base da economia monocultora e no latifúndio, e um Estado absolutista, os direitos civis estavam voltados para beneficiar poucos, os direitos políticos e sociais menos ainda.

Essa herança do período colonial teve maiores reflexos nos direitos civis para sociedade brasileira, o Brasil independente herdou a escravidão, pois os valores fundamentais a vida, a liberdade, a propriedade, a igualdade perante a lei, todos esses elementos não tinham peso no Brasil. E essa ausência dos direitos civis acabou se tornando um ponto ruim na construção da cidadania, grande parte da população brasileira sofre violação de direitos, mas permanecem calados não recorrem aos órgãos especializados, ou por falta de conhecimento ou por desacreditar que a denúncia resolverá o problema. A propriedade agrária foi um enorme obstáculo para a expansão da cidadania, já o movimento operário teve importância para o avanço dos direitos civis, que lutavam por direitos básicos e por uma legislação trabalhista que os protegem nas relações frente ao capitalismo.

A Constituição de 1988 foi bastante significativa no processo evolutivo principalmente no campo dos direitos sociais. Carvalho (2008, p. 206) “Fixou um salário-mínimo para as aposentadorias e pensões e ordenou o pagamento de pensão de um salário-mínimo a todos os deficientes físicos e a todos os maiores de 65 anos, independentemente de terem contribuído para a previdência”. Embora essas práticas tenham passado por grandes instabilidades, ainda que de forma lenta ocorreu melhorias na qualidade de vida como por exemplo a mortalidade infantil caiu de 73 por mil crianças nascidas em 1980 e para 39,4 em 1999. A esperança de vida ao nascer passou de 60 anos em 1980 para 67 em 1999. (CARVALHO, 2008, P. 206) mas de todos os avanços, o mais importante foi na área da educação fundamental que diminuiu o analfabetismo da população.

Diante disso, temos a certeza que a educação é essencial para que o cidadão possa exercer a verdadeira cidadania, uma vez que ela proporciona subsídios ao indivíduo a compreender seus direitos e deveres, e assim possuir clareza para cobrar das autoridades competentes ações que promovam a liberdade, justiça social, bem como o desenvolvimento na esfera econômica, política e social. A contra mão do sistema político brasileiro cheio de vícios, marcado pela corrupção, que articula acordos incalculáveis na corrida pelo poder, o

presidencialismo de coalizão para muitos cientistas políticos é considerando um dos maiores entraves na política brasileira.

O analfabetismo político do povo brasileiro, o atraso no conhecimento dos direitos civis, políticos e sociais, prejudicaram e muito o desenvolvimento do que se tornou alienado e conseqüentemente um imediatista, esperando por milagres, a busca por um messias na política, enfraqueceu a consciência, evitando uma luta eficaz pela consolidação de direito. Diante do exposto conclui-se que ainda tem longo caminho para ser percorrido, afim de encontrar um plano que seja capaz de minimizar todas as mazelas deixadas da era colonial que durante esse processo de transformação e redemocratização brasileira marcado pela escravidão e desigualdade que se transformaram em câncer para sociedade brasileira.

1.2 O impacto da crise da covid-19, nas políticas de transferência de renda.

A crise econômica ocorrida em 2019 no Brasil, período da pandemia denominada de covid-19, a qual trouxe graves impactos nos índices da economia mundial, que abriu um leque de discussão acerca dos efeitos da pandemia que trouxeram a necessidade de analisar as políticas de transferência de renda como instrumento de proteção social. Estratégias foram pensadas pelo governo brasileiro, para conter os efeitos ocasionados pelo vírus .

A Fundação Getúlio Vargas Social (FGV Social) revelou através de um levantamento, que a pandemia da covid-19 causou fortes impactos em diferentes esferas sociais, principalmente nas áreas trabalhistas, a pesquisa indicou que em 2019 a população de pessoas com renda abaixo da pobreza era de 10,97%, antes do Covid, uma estimativa de 23,1 milhões.

(...) a taxa de desemprego até fevereiro de 2020 era quase o dobro da registrada em 2014; e a pobreza se expandiu. Apesar desse quadro, nos primeiros quinze meses do governo Bolsonaro foram excluídas mais de um milhão de famílias do PBF e 25 mil beneficiários do BPC. Diante do agravamento da crise econômica provocado pela Covid-19, o Congresso Nacional aprovou o AE, que alcançou mais de 65 milhões de pessoas. Conclui-se que é necessário manter o AE e incluir boa parte dos 40 milhões de pessoas que não foram atendidas, até que seja aprovado um programa de renda mínima permanente, reformas estruturais imprescindíveis ao combate à pobreza e às desigualdades. (COSTA; SOARES, 2020)

A partir de setembro de 2020 com a injeção do auxílio emergencial, o número de pessoas abaixo da linha de pobreza caiu para 4,63%, ou 9,8 milhões.

No entanto, no começo de 2021, onde o programa passou por mudanças com a suspensão do auxílio emergencial retornando o valor normal do Bolsa Família, a linha de pobreza atingiu 16,1% da população, ou 34,3 milhões de pobres.

Na metade mais pobre da população brasileira, a perda de renda atingiu 21,5%, o que de acordo com a pesquisa configura o aumento da desigualdade. A pesquisa mostrou que o aumento da desigualdade frente a esse contexto se deu pela crise do desemprego com o isolamento social, a região mais afetada foi a do Nordeste com 11,4% de perda na renda. A Região Sul atingiu 8,86%. As mulheres assumiram jornada dupla, cuidando da casa e das crianças perda de 10,35% contra 8,4% dos homens. Os idosos com mais de 60 anos, por conta da fragilidade e risco de contaminação perderam 14,2%. O GINI, instrumento que mede a desigualdade social já apresentou um aumento de 0,6279 entre os quatro trimestres de 2014 a 2019, com a pandemia chegou a 0,640 no segundo trimestre de 2021. Pesquisa realizada em 28 de agosto de 2022.

1.3 Política Pública e Política Social

A influência dos países bem-sucedidos se deu com os cientistas norte-americanos como os Estados Unidos, por exemplo, no desenvolvimento Nacional que estabeleceu largo prazo de ações fortes do Estado, onde possibilitou ampliação e melhorias de benefícios envolvidos nos diversos elementos das políticas sociais como afirma Castro (2012). A política pública surge com o capitalismo, mas não no início e sim no decorrer do avanço dos Estados, onde elas tendem a avançar, pois o Estado é peça fundamental. Para Castro (2012) “A ação do Estado em toda sua diversidade e complexidade tem influência e consequências nos elementos que compõe o processo de desenvolvimento de um país”.

Entender historicamente e conceituar as políticas públicas é complexo pois os mesmos não oferecem uma visão inclusiva e orgânica que abrace todos os aspectos que relacionam esse fenômeno, entretanto, elas são uma resposta as demandas sociais, as demandas que o próprio capital gera. Dessa forma, o Estado é obrigado a assumir um papel de atuação frente aos problemas da sociedade. As políticas públicas estão na contemporaneidade, elas têm forte presença nas notícias, nas agendas governamentais públicas, nas pautas de movimentos sociais, sobretudo marca presença na vida diária dos países democráticos é o que afirma Giovanni (2009) Entender e conceituar política pública vai além da ideia de que política pública é simplesmente uma intervenção do Estado numa situação social problemática. Mas do que isso,

para ele a política pública é uma forma de exercício de poder nas sociedades democráticas, que interage entre Estado e sociedade numa visão ampla, que envolve vários campos, principalmente o da economia.

É consenso que tratar das concepções que envolvem as políticas de proteção social não é tarefa fácil, existe uma série de fatores, um grande desafio. A baixa coordenação entre as políticas, a frequente descontinuidade, o ciclo dos poderes públicos, um total desrespeito que descaracteriza a política, mesmo que ela esteja apresentando resultados positivos, mas são desfeitos porque tem a marca da gestão anterior. Dessa forma, compreendemos que a política pública não deve ser analisada de forma isolada unidirecional, já que ela ocorre dentro de um contexto, para assim suprir a insatisfação com os modelos disponíveis que não oferecem uma visão inclusiva em todos os aspectos.

Durante muito tempo se pensou que a desigualdade de renda no Brasil fosse relacionada à desigualdade de renda no trabalho, daí com maiores informações da Receita Federal que mostra os patrimônios dos ricos no Brasil, a partir de então, o discurso analítico mudou, isso em virtude da constatação de que tipos de riquezas associadas aos ricos como: iates, jatinhos, entre outros não eram tributados. Daí houve uma reavaliação dessa política que beneficiava apenas os ricos, pois sabemos que a classe pobre são os maiores pagadores de impostos, ganham pouco e são obrigados a gastar todo seus rendimentos com alimentos e outros produtos básicos de sua subsistência. Enquanto os ricos poupam e seus bens de maior valor não são tributados.

Dessa forma, vimos a importância de criar políticas públicas que possibilitem diminuição da desigualdade, quando falamos em desigualdade não nos referimos apenas a renda. Existem tantos outros aspectos, por exemplo, um fator importante, o impacto que existe quando as políticas públicas são feitas com setor privado, políticas como o FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) e o PROUNI (Programa Universidade para Todos) que sofreram muitos cortes.

Enquanto políticas como a de cotas não teve corte, isso porque a resistência a essas políticas seria enorme caso isso acontecesse. É importante pensar em políticas públicas, mas não de forma isolada, pobreza e desigualdade são fenômenos complexos com forte persistência. É importante pensar nas outras políticas, avaliar seus impactos, pensar formas de como integrar as diversas dimensões horizontais: saúde, educação, previdência social, entre outras, com as dimensões verticais, ou seja, dos bens federativos Municipal, Federal e União.

Segundo Kliksberg (2014), sabemos onde a pobreza se encontra, desenvolvemos políticas públicas e tecnologias sociais para enfrentá-la, podemos calcular quanto custa superá-la. O Brasil teve um grande avanço com a implantação de políticas públicas coroadas pelo

programa Bolsa Família. Muitos países assumiram como prioridade o combate à pobreza e a desigualdade. Afirma Kliksberg (2014) que apesar os avanços, ondas de mudanças científicas e tecnológicas, novas áreas de conhecimentos, como a genética, a microeletrônica, a informática, a robótica, enfim o estoque tecnológico está sendo renovado, mas, os benefícios do progresso tecnológico estão chegando apenas a um setor da espécie humana. Grupos maciços estão excluídos e lutando para garantir o atendimento das necessidades mais básicas de suas famílias.

No Brasil as políticas sociais estão ligada aos direitos sociais, que estão estabelecidos na constituição Federal de 1988. Os mesmo têm um rol de direito à educação, saúde, alimentação, trabalho que são vivenciados e monitoradas no campo economico, politico e social. como politica social e visam garantir atendimento a esses direitos. Essas políticas se manifestam no acesso aos direitos sociais e traz marcas de precariedade e desigualdade que vão se estendendo ao longo dos anos

As políticas sociais se fortalecem e ganham força com o advento do capitalismo avançado, a parti do século XIX passa a ser compreendida como estratégia governamental e século XX, quando o Estado ganha uma estrutura e apresenta condições de realizar política social que se fortalecem em meio as mobilizações das classes operárias, em virtude da revolução industrial ocorrida na Inglaterra no século XVII. quando o Estado atinge uma estrutura maior com condições de realizar políticas sociais, um fator chave para esse advento foi a mobilização social. Conforme Castro (2012) essas políticas afetam a situação social dos indivíduos, famílias e grupos sociais, induzindo melhorias na qualidade de vida da população bem como, alteram a economia e a autonomia de um país, o meio ambiente e o próprio patamar de democracia, tornando-se elemento fundamental para o processo de desenvolvimento nacional.

A mobilização social foi a chave mestra para a criação das políticas Sociais e no caso do Brasil quando falamos ao acesso aos direitos sociais que permite a todos sem distinção, acesso a esses direitos que são básicos e prioritários para a sobrevivência humana. Conforme estabelece a Constituição Federal artigo 6º de 1988:

“São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção a maternidade e à infância, a assistência aos desempregados, na forma desta constituição. (Emenda constitucional nº 90, de 2015)”.

A Constituição Federal de 1988, nos artigos 203 e 204 também garante:

Artigo 203. A assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independente de contribuições à seguridade social, e tem por objetivos:

- I- A proteção a família, a maternidade, a infância, à adolescência e à velhice;
- II- O amparo às crianças e adolescentes;
- III- A promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV- A habitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V- A garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser à lei.

O Artigo 204 assegura as ações governamentais na área da assistência social, será realizada com recursos do orçamento da seguridade social, previsto no artigo 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

- I- Descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera Federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estaduais e municipais, bem como as entidades beneficiárias sociais;
- II- Participação da população por meio das organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

No Brasil o debate se volta entre dois tipos de política: focalizada e universal. Essas concepções e formatos diferentes de políticas , decisão sobre o estilo de política social a ser aplicada divergem opiniões. Para Celia Kerstenetzky (2006) ser focalizada ou universal, revela-se sobre princípios de justiça social que se quer implementar, fazendo, por exemplo, com a garantia de direitos sociais e a focalização com noções residualistas de justiça. Esses dois conceitos: o primeiro conceito de equidade é definido como uma qualidade de ser igual ou justo senso de justiça, imparcialidade.

O segundo é conceito de igualdade, estar relacionado no sentido de quantidade do valor de intensidade. Tem-se usado bastante o conceito de equidade ao invés de igualdade, justamente pelo fato de que se você tem pessoas, inserções diferentes na sociedade precisam de um olhar diferente para que todos possam ter no futuro como resultado uma posição mais igualitária, de mais equidade.

Para Kerstenetzky (2006), uma vez selecionada a concepção de justiça reparatória ou distributiva, a escolha do grau de focalização ou universalização em cada programa específico poderá ser transferida ao campo da “tecnologia social”, do cálculo da eficiência

social relativa, deixando de suscitar maiores paixões, pelo menos no que respeita à equidade, focalização e universalização apareceriam, então, como métodos alternativos, quando não complementares, de implementação de uma noção de justiça previamente definida.

As políticas universais são decorrentes da afirmação e do direito do cidadão de acesso universal aos bens e serviços como: saúde pública como temos o Sistema Único de Saúde (SUS) é um tipo de política universal em que todos os brasileiros têm direitos, sem precisar estar vinculado a contribuir com a previdência ou ter um trabalho formal. Esse tipo de sistema político é denominado universal e do ponto de vista financeiro é mais dispendioso em virtude de pretender atingir a população inteira, e por conta dessa amplitude poder ser políticas ineficientes para atender demandas sociais específicas.

Por outro lado, temos as políticas sociais focalizadas, essas são voltadas para um grupo com vulnerabilidade específica, como exemplo temos o programa de transferência de renda Bolsa Família, o conceito dessa política focalizada é política social, que para muitos estudiosos da área é considerada mais barata, o Bolsa Família por exemplo, tem um gasto que fica em torno de meio por cento do BIP e alcança um significativo número de famílias, impactando na pobreza intergeracional que tem impacto na educação e na alimentação. Dessa forma, esse modelo é defendido e compatível com os objetivos de ajuste fiscal.

O liberalismo que antes negava a questão social, a existência de políticas sociais, agora se apropria delas, que são em grande parte políticas sociais focalizadas. Para Kerstenetzky (2006), as políticas focalizadas e universais devem ser analisadas de forma diferenciadas, pois são diversos estudos e diversas análises. A política universal que se associa automaticamente, e erradamente com a garantia de direitos sociais e a focalização com noções residualistas de justiça. Esses dois conceitos: o primeiro conceito de equidade é definido como uma qualidade de ser igual ou justo senso de justiça, imparcialidade.

O segundo é conceito de igualdade, estar relacionado no sentido de quantidade do valor de intensidade. Tem-se usado bastante o conceito de equidade ao invés de igualdade, justamente pelo fato de que se você tem pessoas, inserções diferentes na sociedade precisam de um olhar diferente para que todos possam ter no futuro como resultado uma posição mais igualitária, de mais equidade.

Do ponto de vista ético, os defensores de políticas universais argumentam que tais políticas nos reuniriam, a todos, numa mesma comunidade de iguais em termos de direitos sociais de cidadania, maciçamente garantidos pelo Estado do bem-estar, em consonância com uma concepção espessa de justiça distributiva. O período pós guerra, chamado gestão regulada

das desigualdades, que o capitalismo continuou gerando desigualdade. A política social universal estava em alta, muito forte na Europa com enfoque no sistema de saúde, previdência na educação pública.

O economista francês Thomas Piketty se tornou uma referência mundial no debate sobre redistribuição de riquezas, com sua pesquisa histórica longa de forma estatística levantou dados usando como referencia modelos usados em outros países de como organizar as sociedades, o sistema de regras legais, sociais, fiscais e políticas que permitem estruturar o padrão das desigualdades, sistema educativo e regime fiscal são as peças que ele considera importantíssimas, dinâmica da acumulação financeira, uma parcela pequena da população acumula muita riqueza financeira, para Piketty não são as destruições de guerra ou as forças econômicas determinantes ou as forças tecnológicas ou de controle que contribuem para desigualdade e pobreza, e sim, a mutação de ideologia e a mutação de mobilização política em torno da desigualdade, de obter sucesso por meio de mobilização, por meio de plataformas políticas (Piketty, 2020).

Para ele o segredo está na redistribuição permanente de renda, chama atenção em relação ao Brasil que precisa se debruçar sobre as desigualdades, pois se tornou um país com maior abismo entre ricos e pobres de todo o planeta, com uma disparidade enorme 50% mais pobres, o Brasil detem em termos de renda apenas 10% da riqueza total, já os 10% mais ricos têm mais de 50%. Declara que o Brasil na atual conjuntura do ponto de vista da repartição de renda e do patrimônio é mais desigual do que a Europa de antes da 1ª guerra mundial (Piketty, 2020).

CAPÍTULO II – TRANSFERÊNCIA DE RENDA E SISTEMA DE PLANEJAMENTO DO SETOR PÚBLICO BRASILEIRO

Esse capítulo busca apresentar uma discussão sobre a trajetória social que perpassa as políticas de transferência de Renda e as diretrizes que por elas transitam, até chegar ao um denominador comum que nos força a discutir os padrões decentes para uma vida digna.

E para isso é necessário conhecermos um pouco dessa trajetória do programa de transferência de renda e seu processo histórico que envolve as políticas de assistência social, bem como as mudanças de transição e os processos de construção e desconstrução.

A história das políticas públicas de transferência de renda no Brasil começa em 1930, período em que o Brasil passava por um processo de transição do modelo econômico no setor agroexportador para um modelo urbano industrial, período do crescimento, onde as demandas da classe operária necessitavam serem atendidas.

A cada gestão busca-se novas iniciativas para implementar formas de organizar e planejar os recursos que devem ser gastos no país. Em 2000 é aprovada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que traz um grande número de inovações para o sistema de planejamento em geral do país e se constitui em três planejamentos: o primeiro Plano Plurianual (PPA); o segundo Lei de Diretrizes orçamentária (LDO) e o terceiro Lei Orçamentário Anual (LOA). O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, e Combate à Fome destaca: planejamento PPA 2020-2023. Define a gestão de planejamento do PPA. (BRASIL, 2020).

“A gestão do plano envolve a implementação das políticas públicas relacionadas a cada um dos programas finalísticos, bem como o monitoramento, a avaliação e a revisão periódica dos objetivos, metas, indicadores e resultados intermediários declarados, visando o acompanhamento constante das políticas no intuito de garantir a entrega dos resultados esperados pela sociedade ou a realização de ajustes na condução da política, quando necessário”

O PPA é o programa que estabelece objetivos, metas, resultados que se almeja alcançar em quatro anos. Segundo Marcos Mendes (2008) o impacto da realidade sobre o sistema orçamentário, idealizado na constituição é que a LOA passa a ser a peça mais importante, deixando de ser um desdobramento que se inicia no PPA e passa pela LDO, isso porque o interesse político está na execução do orçamento e não necessariamente no planejamento, o que faz do PPA um instrumento formal legal necessário para aprovar o orçamento e com isso tem pouca aplicabilidade na realidade social. Para Miriam Belchior (1994), O planejamento

estratégico situacional baseia-se no conceito de triângulo de governo, que segundo Carlos Matus (2006), governar é uma arte que implica equacionar simultaneamente três macro variáveis : o programa de governo, a capacidade de governo e a governabilidade do sistema, pois sabe-se que o PPA é um plano de governo que comporta todos os gastos públicos e tem por finalidade indicar diretrizes, objetivos e metas a serem alcançadas ao longo da gestão..

Dessa forma, ele lança as raízes do Planejamento Estratégico Situacional: Para ele no planejamento estratégico situacional o que há é um jogo entre vários atores e a explicação é uma leitura dos dados e informações objetivas que expressam a realidade, isso não significa dizer que Matus subestima o papel do diagnóstico em si, mas o torna como uma matéria prima. Hoje podemos dizer que o planejamento evolui de uma certeza absoluta que pode ser realizado, evoluiu para uma lógica que ele é uma etapa para um ciclo maior, que orienta a ação. É necessário que ele seja dinâmico, se adegue a realidade, sobretudo planejamos em ambiente de incertezas.

No governo do presidente Lula entre os anos de 2003 a 2006 foi determinado que se fizesse uma definição política de iniciativas prioritárias, com monitoramento mais estrito. Dessa forma criou-se um grupo coordenador que foi constituído pela assessoria especial do presidente Lula; Ministério do Planejamento e pela Casa Civil. A partir daí, os órgãos setoriais estabeleceram quais eram as medidas prioritárias, todas vindas de varias reuniões feitas nas câmaras de governo: Políticas sociais, saúde, educação, raça, direito humanos, todos os ministérios de desenvolvimento social: ministério de infraestrutura, transporte, aviação, moradia, assim como priorizar iniciativas capazes de gerar emprego e também a distribuição territorial com objetivo de reduzir a desigualdade regional do Brasil.

E o estudo publicado na revista EDUC-Faculdade de Duque de Caxias vol.06 de 2019 a qual trata da construção da política de Assistência social Brasileira. Nesse sentido, conforme defende: Oliveira (2005, P.17).

Assistência social passava longe de ser encarada como política pública, assumia formato de ações de caridade, solidariedade e sobretudo de cunho assistencialista, enraizada pela benesse e Filantropia Vinculada à religiosidade, a assistência era vista inicialmente como prática de atenção aos pobres, aos doentes, aos miseráveis e aos necessitados. Ela é antes de tudo, um dever de ajuda aos incapazes e destituídos, o que supõe uma concepção de pobreza enquanto algo normal e natural ou fatalidade da vida humana. Isto contribuiu para que, historicamente e durante muito tempo, o direito à Assistência Social fosse substituído por diferentes formas de dominação, marginalização e subalternização da população mais pobres.

O programa de transferência de renda não contributiva tem um vínculo social que vinculada ao desenvolvimento econômico com viés de equidade, pois busca preservar a

igualdade, imparcialidade a fim de torná-la mais justa a todas as famílias brasileiras mais necessitadas, o acesso aos direitos que estão garantidos pela Constituição Federal de 1988 direitos básicos que já existe há bastante tempo. Os programas de transferência de renda trazem possibilidades de soluções ao enfrentamento da pobreza e das mazelas sociais. E não é uma experiência exclusivamente brasileira, vários países realizam o programa, uns com mais ou menos intensidade.

Nos anos de 1990 combater a pobreza através das iniciativas da transferência de renda para a população mais carente desse país, já era segundo o pesquisador Marcelo Sitcovsky (2022) uma diretriz clara das agências multilaterais, como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI) medidas implantadas tanto no âmbito Federal, estadual quanto Municipal.

A visibilidade sobre transferência de renda ganhou força através do projeto de lei do senador Eduardo Suplicy em que surgiu a agenda do debate sobre Programas de Transferência de Renda, apresentado ao Senado Federal através do projeto de lei nº 80/1991, do programa de garantia de renda mínima (PGRM) o qual pretendia alcançar todos os brasileiros do país, maiores de vinte e cinco anos com renda de 2,25 salários-mínimos. Conforme Ortiz e Camargo, (2016, p.03) Esse projeto é considerado o primeiro momento histórico dos programas de transferência de renda pelos debates na agenda pública. Em seguida a renda mínima foi incorporada a ideia de articulação de repasse familiar, transferência de um salário-mínimo a toda família que mantivesse seus dependentes de 7 a 14 anos de idade frequentando a escola pública.

É o que afirma Ortiz e Camargo, (2016, p.03), consta em seu artigo seguinte:

Dessa maneira, buscava-se amenizar a pobreza e proporcionar formação educacional como forma de romper o ciclo da pobreza, ou seja, com uma associação de política compensatória (transferência de renda) com uma política estruturante (educação)

A terceira experiência se deu nos municípios de Campinas, em Ribeirão Preto e em Santos Estado de São Paulo, bem como no Distrito Federal. Ortiz e Camargo, (2016, p.03).

“Em 1996 o Governo Federal adotou uma política abrangente de transferência de renda com a criação do Programa de Erradicação de Trabalho Infantil (PETI), com implementação de Benefício de Prestação Continuada (BPC) pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)”.

Nesse período, a assistência passa por um processo de desmonte, a Legião Brasileira de Assistência (LBA) foi extinta, dando lugar ao programa comunidade solidária que tinha o objetivo de combater a pobreza, sob o comando da primeira Dama Ruth Cardoso. Segundo o pesquisador Sitcovsky que relata na Revista Poli nº 81 no ano de (2022, p.07) “Introduziu-se

uma concepção que revela uma a forte tendência a uma desresponsabilização do Estado no que diz respeito à assistência social. Era um processo de refilantroposição e reforço a caridade”

2.1 O Programa Bolsa Família e a transitoriedade do sistema ao enfrentamento da pobreza no Brasil contemporâneo.

Entre 2001 e 2003 foram criados quatro programas do Governo Federal: Bolsa Escola Nacional, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação; os quais eram vinculados ao Ministério da Educação, Saúde, Minas e Energia, Segurança Alimentar e Combate à Fome. Começa a partir daí, a política de articulação em Rede Ministerial do Brasil. Com a criação desses quatro programas os modelos de transferência de renda tornaram-se complexo e ineficazes, comprometendo inclusive a focalização do benefício.

Em 2004, através da Lei 10.836/2004, esses programas foram unificados no governo do atual Presidente Luiz Inacio lula da Silva. Sitcovsky (2022), lembra do século 20 onde as conferências de assistência social e as manifestações populares já apontavam a necessidade de fortalecer o dever do Estado ao lado da saúde e da previdência no tripé da seguridade social como demanda a constituição de 1988. Pois a sociedade se mobilizava em massa no combate à pobreza. Em meio a isso, o Bolsa Família vai assumindo o papel de protagonista em torno dos processos de mobilização social, diz Denise de Sordi, historiadora e pesquisadora do departamento de sociologia da universidade de são Paulo e da casa Oswaldo Cruz.

O Programa Bolsa Família, com repercussão internacional é o maior programa focalizado de transferência direta de renda do Brasil. Desde de a sua criação, o Bolsa Família tem passado por várias alterações é o que mostram: A Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC) e a Secretaria Nacional do Cadastro Único: Boletim Bolsa Família e Cadastro Único nº 72 destaca:

Os dados aqui apresentados representam a folha normal do programa, não considerando, portanto, a existência do Auxílio Emergencial– AE que, ao abrigo da Lei 13.982/20, suspendeu, a partir de abril/2020, o pagamento dos benefícios às famílias do PBF e que, simultaneamente, tiveram também direito ao AE, sempre que o valor total dos benefícios do PBF fosse inferior ao valor a receber pelo AE. Buscando o enfrentamento da pobreza, das desigualdades e das vulnerabilidades sociais, ao longo dos 18 anos de existência, o Programa Bolsa Família (PBF) tem contribuído para assegurar os direitos sociais de milhões de famílias (BRASIL, 2021).

Analisado para apresentar dados desse trabalho, o boletim revelou que em outubro de 2003 no governo do presidente Luíz Inácio Lula da Silva, foi criado o Programa Bolsa Família, que atendia 3,6 milhões de famílias, aproximadamente 14,7 milhões de brasileiros, desse total de beneficiários, 12.344.764 declaram possuir renda per capita de até \$ 89,00, menores de 16 anos correspondem à 40,68% , jovens de até 20 anos totalizam um percentual de 51,85% e 49,9% jovens com menos de 20 anos de idade, atendidos pelo programa.

As mulheres têm preferência no recebimento do programa, como forma de fortalecer a figura feminina, contribuindo para o bem-estar da família, dando maior autonomia para as mulheres ocuparem espaços de liderança, tanto no âmbito familiar quanto nas comunidades totalizando 87,6% das mulheres sendo responsáveis pelo gerenciamento do recurso do Bolsa Família , os estados da região Centro-Oeste do Brasil têm um percentual maior de 70,1% dos beneficiários cadastrados no Cad Único se declaram preto ou pardo.

Os valores repassados variam de acordo com composição familiar: crianças, adolescente, gestantes e nutrizes. Os valores também variam de acordo com a Região, os maiores benefícios são destinados as regiões Norte e Nordeste e menores nas Regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste em virtude do menor indicativo de pobreza. O Acre possui benefício médio de \$268,17 por família, já Rondônia tem \$146,94. Durante todo o processo do Programa Bolsa Família desde sua criação entre dezembro de 2003 e maio de 2021 os benefícios passaram por diversas evoluções: Foram as declarações publicadas nos boletins da SENARC (2021). Em dezembro de 2003, as famílias recebiam em média, \$72,81, houve atualizações e variação de valores de acordo com a composição familiar cada tipo de benefício gerado no pagamento de maio/2021. Os Benefícios variáveis para gestantes (BVG), no valor de \$ 41,00, o BVG é pago para gestantes identificadas pelo sistema de gestão do Bolsa Família na saúde; os repasses variáveis vinculados à nutriz (BVN) de \$41,00 esse benefício variável é pago às famílias com criança de 0 a 6 meses de idade; benefício de crianças de 0 a 15 anos (BV015) também de \$ 41,00. para pessoas de unidades familiares as quais assumem novos rumos para a política de transferência direta de renda, promovendo a unificação administrativa, elegendo a ferramenta de armazenamento de dados denominada cadastro Único criado em 2001, principal fonte de armazenamento sobre a população brasileira de baixa renda.

O Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), denominado hoje, Ministério da Cidadania (MCidadania) estreitaram suas relações e passam a caminhar juntos traçando estratégias para combater a pobreza e a extrema pobreza no nosso país. O programa adotou duas medidas de elegibilidade (pobreza e extrema pobreza). O Ministério do Desenvolvimento E Assistência Social, e Combate à Fome destaca: transferência de renda e apoio à família no

acesso à saúde, educação e assistência social. Define os objetivos do programa (BRASIL, 2012).

O principal objetivo do Programa é contribuir para a superação da pobreza, em três eixos de atuação: Alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda às famílias. Ampliação do acesso a serviços públicos que representam direitos básicos nas áreas de Saúde, Educação e Assistência Social, por meio das condicionalidades, contribuindo para que as famílias rompam o ciclo intergeracional de reprodução da pobreza. Coordenação com outras ações e programas dos governos, nas suas três esferas, e da sociedade, de modo a apoiar as famílias para que superem a situação de vulnerabilidade e pobreza.

As medidas de elegibilidades do PBF trabalham com cinco tipos de benefícios. As famílias classificadas no grau de extrema pobreza têm direito a um benefício básico, de um único valor, que abrangia todos da família; já as famílias de pobreza e de extrema pobreza poderiam receber benefícios que variavam de acordo com a composição familiar 2007, foi acrescentado o benefício variável direcionado ao adolescente (BVJ) jovens na faixa etária de 16 e 17 anos, obedecendo o limite de dois por família.

Em 2011 o Programa Bolsa Família passa a integrar o plano Brasil Sem Miséria, com objetivo de superar a pobreza extrema, as famílias com renda mensal inferior a \$70,00 per capita. Mantendo os critérios de condicionalidade estabelecidos no governo anterior, bem como a linha de elegibilidade de famílias no grau de pobreza e extrema pobreza cadastradas no Cad Único. Nesse período o reajuste cresceu para crianças e diminuiu para jovens, isso se deu em virtude das mudanças ocorridas com a expansão do limite de três, para cinco crianças. Informações retiradas do Jornal Gazeta do Povo (2016). Com o intuito de erradicar a pobreza, a gestão de Dilma Rousseff deu continuidade mantendo os parâmetros definidos no governo Lula. Acrescentando ao PBF outros programas sociais; era uma tentativa de retirar da miséria os 16 milhões de brasileiros que viviam com menos de \$70,00 mensais. O objetivo era acrescentar programas de inclusão produtiva, assim como o Pronatec, Programa de Aquisição de Alimentos e o Crescer, tais programas davam acesso ao microcrédito. Isso porque o Bolsa Família era criticado por não promover a qualificação profissional e não inserir o indivíduo ao mercado de trabalho. Segundo o relato do pesquisador Aninho Irachande, publicado no Jornal Gazeta do Povo no ano de (2016).

O Brasil Sem Miséria foi um reconhecimento de que outras políticas eram necessárias ao enfrentamento da pobreza. Nessa trajetória referente aos processos mais significativos do PBF, temos a criação de um novo programa. Em 2020 em decorrência da pandemia do COVID-

19, que revelou um quadro alarmante da pobreza e extrema pobreza com o do isolamento social que obrigou trabalhadores formais e informais deixarem seus empregos, cuja situação ficou pior para os trabalhadores informais, pois a vulnerabilidade cresceu com a perda brutal de suas rendas, para enfrentar tal situação, o governo criou o auxílio emergencial atendendo milhões de brasileiros, cuja inserção se dava para os que já estavam inscritos no Cad Único, entre outros cidadãos que se declaravam necessitados, essa medida se deu fora dos elos da rede social que compunha o Cad Único.

Para a pesquisadora Denise de Sordi, esse tipo de cadastro ocorrido no auxílio Brasil perdeu a centralidade nas gestões das políticas sociais, pelo fato do NIS, número de identificação social, ser substituído pelo CPF, isso porque os poucos dados informados eram preenchidos num sistema ligado à Caixa Econômica Federal (CEF). Os beneficiários recebiam o Auxílio Emergencial, através de um aplicativo denominado Caixa Tem, que deveriam ser baixados no aparelho celular, ou nas agências da caixa econômica e seus correspondentes. O valor estipulado foi de \$600,00 e para cidadãos brasileiros maiores de 18 anos que estivessem no mercado informal, trabalhadores autônomos e microempreendedores individuais e o valor de \$ 1.200,00 para mães chefes de família.

Em decorrência dessas mudanças, vieram outras medidas que apontam novas nomenclaturas. De acordo com documento da Casa Civil, o Decreto Presidencial-Regulamenta o Funcionamento do Auxílio Brasil, em novembro de 2021. O benefício é uma importante ferramenta criada para minimizar os efeitos socioeconômicos da pandemia da COVID-19. (BRASIL, 2021).

Em 2021 o Bolsa Família deixa de existir para dar lugar ao Auxílio Brasil, através do Decreto 14.284/21, publicada no dia 09.11.2021 e atualizado em 10.11.2022. O Decreto define as competências da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

As famílias beneficiadas pelo Bolsa Família estarão garantidas no programa Auxílio Brasil.

O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, e Combate à Fome destaca: Receber o Auxílio Brasil (PAB) contribui no combate à pobreza/extrema pobreza. Além de garantir renda básica, o PAB busca integrar políticas públicas, simplificar a cesta de benefícios e estimular a emancipação destas famílias para que alcancem autonomia e superem situações de vulnerabilidade social. Os critérios do programa, Primeira Infância, crianças de até 3 anos incompletos, será pago por pessoa \$130,00; para família que tenham em sua composição gestantes ou pessoas de 3 a 21 anos estudando, será pago \$65,00 por pessoa na composição familiar; superação da extrema pobreza \$105,00. Além de outros cinco benefícios como:

Auxílio Esporte Escolar para estudante de 12 a 17 anos com doze parcelas de \$100,00 e \$1.000,00 em parcela única para família, o mesmo pagamento se estende para o Bolsa de Iniciação Científica Junior. Os valores de \$200,00 vão para o incentivo Auxílio Criança Cidadã de acesso em turno parcial em creches de educação infantil, e \$300,00 mensais em turno integral, valores repassados para instituições de educação; Auxílio Inclusão Produtiva Rural atende famílias que possuam agricultores em sua composição familiar \$200,00 mensais e o quinto incentivo vai para Auxílio Inclusão Produtiva Urbana, destinada a beneficiários com carteira assinada no valor de \$200,00 por família. (BRASIL, 2023).

A Emenda constitucional 123, promulgada pelo Congresso Nacional prevê, mudanças no PAB que autorizado pelo poder executivo, amplia o valor do benefício de \$400,00 para \$600,00 até o final de 2022 em caráter excepcional (Lei 14.284/21) informações retiradas da Agência Câmara de Notícias, pesquisado no dia 01.04.2023.

Com a retomada do Governo Luíz Inacio Lula da Silva à presidência do Brasil em 2023, as políticas de transferência de renda alcançam outras dimensões. O programa Bolsa Família, volta assumindo lugar no Auxílio Brasil batizado pelo governo de Jair Bolsonaro. O PBF considerado o maior programa de transferência de renda brasileira e reconhecido internacionalmente por combater a fome de milhares de famílias. O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome destaca que novo programa assume manter um modelo que abrace as famílias de acordo com sua composição familiar, estabelecendo critérios que vão além da renda básica (BRASIL, 2023)

Além de garantir renda básica para as famílias em situação de pobreza, o Programa Bolsa Família busca integrar políticas públicas, fortalecendo o acesso das famílias a direitos básicos como saúde, educação e assistência social. Bolsa Família vai resgatar a dignidade e a cidadania das famílias também pela atuação em ações complementares por meio de articulação com outra política para a superação da pobreza e transformação social, tais como assistência social, esporte, ciência e trabalho.

O atual programa Bolsa Família traz destaques que vão fortalecer as famílias brasileiras, afirma a redação do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Nenhuma família receberá menos que 600 reais; crianças com idade entre 0 e 6 anos serão contempladas com adicional de 150 reais; gestantes, crianças e adolescentes até 18 anos receberão além do benefício de renda de cidadania, 50 reais; famílias que estão inseridas no mercado de trabalho não serão cortadas definitivamente, ficarão no programa por 24 meses, recebendo 50% do valor do benefício. Regra que entra em vigor em junho de 2023; famílias

que saírem do programa voluntariamente e precisarem voltar, serão atendidas com prioridade (BRASIL,2023).

As premissas do novo Bolsa Família de 2023 apresentam correção do Cad. Único, com atualização cadastral analisando as famílias que realmente se encontram com grau de pobreza e vulnerabilidade; principalmente em relação às diferenças com foco nas futuras gerações; garantindo proteção de crianças na primeira infância; e sobretudo fortalecer as articulações intersetoriais entre assistência social, saúde, educação, esporte, ciência e trabalho.

O Bolsa Família atingiu dimensões incalculáveis, que ultrapassaram a linha de ser só um programa de transferência de renda. Declara Tereza Campello, ex-ministra do desenvolvimento social

O Bolsa Família não é só um programa de transferência de renda. Ao contrário, toda sua base é uma rede de proteção social. Muita gente vinha visitar o Brasil para conhecer o Bolsa Família, achavam que aqui ia encontrar uma tecnologia bancária, um jeito de passar dinheiro, e descobria que na verdade, o que estava por traz da transferência de renda era o Cadastro Único e a rede de assistência social.

As regras de elegibilidade para o novo programa Bolsa família de 2023 segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (BRASIL, 2023): principal regra é ter a renda per capita de \$218,00 (Duzentos e dezoito reais); dados cadastrais atualizados, podendo ficar até 24 meses sem atualização, qualquer mudança que ocorrer: como nascimento, falecimento de algum membro da família, casamento, adoção, mudança de endereço, toda e qualquer informação que tenha relação com a formação e composição familiar deve ser informada aos veículos de atendimento responsável pelo cadastramento no município. Essas medidas garantem que as famílias serão atendidas de acordo com suas especificidades. Além disso, as famílias deverão continuar assumindo compromissos como faziam antes em relação aos cumprimentos de condicionalidades nas áreas da saúde e educação que serão primordiais para à obtenção de direitos sociais básicos conforme a redação do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (BRASIL, 2023) são elas:

Realização do acompanhamento pré-natal; acompanhamento do calendário nacional de vacinação; comprovação do acompanhamento da situação nutricional das crianças menores de 7 anos; crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos, frequência escolar mínima de 60% (sessenta por cento) e 75% (setenta e cinco) para os beneficiários de 6 (seis) anos a 18 (dezoito) anos incompletos que não tenham concluído a educação básica.

O estudo da pesquisadora Dandara Ramos (2021) avaliou impactos do Bolsa Família na mortalidade da infância que recebeu prêmio ciência pela primeira infância. Segundo ela: “O

grande diferencial do Bolsa Família é que ele é um programa intersetorial, então a diferença não se dá só na economia: ele vai agregar assistência social e atenção à saúde”.

Entretanto o programa de modo geral desde sua implantação sofre críticas em diversos segmentos. Como por exemplo na construção do programa em 2004 foram traçadas prioridades de enfrentamento a pobreza e a necessidade de renovação da assistência social que se interligam com sucesso na criação do Bolsa Família, as alianças formadas como academias, organizações, movimentos sociais que promoviam discussões sérias que agregavam valores voltados para caracterização da pobreza e extrema pobreza; direito a renda, a alimentação para que o PBF chegasse a esse nível. Segundo a pesquisadora Priscilla Cordeiro, (2022), funcionária do sistema único de saúde (SUAS) e conselheira do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) relata na Revista Poli nº 81 no ano de (2022, p.07), que o Auxílio Brasil surge sem nenhum lastro de discussão com as políticas de assistência social.

É um programa forjado nos gabinetes, afastado de todas as instâncias de controle social, sem gestão democrática. Não houve discussão prévia nem no Conselho Nacional de Assistência Social, nem com as entidades, nem com o conjunto de trabalhadores que operacionalizam o sistema Único de Assistência.

A importância dessa articulação do BF em rede ia muito além, com entradas de outras pessoas que eram acolhidas no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS): Crianças com dificuldades de aprendizado que dificultava os cumprimentos de condicionalidade, eram direcionadas para o CRAS local para realizar atividades complementares de contra turno, pelo menos três vezes na semana, o mesmo acontecia com os idosos que participavam dos serviços de convivência ofertados pelos CRAS, dessa forma se vê que a articulação entre Educação, Saúde e Assistência sempre se fazia presente.

Em relação ao Auxílio Brasil é justamente a estipulação de um valor fixo que desconsiderou os critérios de elegibilidade e composição das famílias brasileiras, fato que comprometeu a focalização do programa. Um estudo produzido por pesquisadores do Ipea em 2019, cuja abordagem aponta os efeitos do PBF ao longo de 15 anos, afirma de forma positiva que foram atingidas as famílias mais pobres do Brasil, porém que o principal limitador do seu impacto na pobreza não é o foco, mas o baixo valor das transferências. Declara Sitcoksky (2022, p.11) “O valor repassado pelo Bolsa Família estava abaixo da necessidade de aquisição mesmo dos bens de primeira necessidade”. O estudo também acredita que tem espaço para ampliação do programa, isso porque em 2016 o investimento do Estado foi de apenas 0,44% do Produto Interno Bruto (PIB). Sabe-se da importância dos custos sociais, mas ainda valiosa é a forma como esses recursos são desenhados, para que não ocorra elevação da dívida pública e recaia do lado mais fraco, que são os pobres.

Levando em consideração que os valores do programa tiveram aumento ao longo do tempo, tendo o mais alto em 2017, com \$180 per capita. Com a criação do Auxílio Brasil esses valores foram elevados com a pagamento da primeira parcela em 2021, e a Medida Provisória ainda não estava aprovada no congresso.

Contudo, precisa-se de políticas mais estruturantes, não só de enfrentamento a pobreza, mas também da desigualdade que sempre pairou sobre o Bolsa Família, os debates que alertam acerca da sua importância quanto a sua insuficiência.

Analisando-se os parágrafos acima, pode-se afirmar que, apesar de haver acontecido tantas modificações em prol das beneficiárias do Bolsa Família, ainda é necessário que políticas mais sérias tomem partido pela causa da população mais carente, para que assim seja amenizada a desigualdade social e o povo de baixo poder aquisitivo adquira mais autonomia em relação ao direito de consumo, mas isso somente será possível mediante políticas sociais comprometidas em trabalhar em benefício dos menos privilegiados.

CAPÍTULO III- O BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE SOURE: QUALIDADE DE VIDA, EMPODERAMENTO E INTEGRAÇÃO SOCIAL.

Esse capítulo pretende apresentar a pesquisa realizada no município de Soure - PA: A pesquisa foi realizada no município de Soure, arquipélago do Marajó-Pará, sendo possível reunir práticas e discursos que analisam e interpretam as informações que serão transformados em dados estatísticos, através de questionário de entrevista semiestruturado.

Segundo Denzin e Lincon (2006), a pesquisa refere-se a uma abordagem interpretativa do mundo real, observando as coisas em um cenário natural, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a elas conferem.

Esse período de pesquisa 2023, foi bastante importante em virtude das transformações ocorridas nas políticas de transferência de renda, que abalaram as estruturas não apenas no município de Soure, mas em todo cenário nacional, como os processos de transformação ocorridos no Programa Bolsa Família.

O trabalho também se valeu de coleta de dados já existentes, publicados nas plataformas digitais, sites dos órgãos governamentais: Ministérios de Desenvolvimento Social, Família e Combate a Fome tanto no âmbito Municipal, Estadual e Federal, bem como, análise de relatórios e pesquisas já realizadas na região do Marajó.

O Bolsa Família no município de Soure, responde as demandas sociais básicas das beneficiárias, observou-se, melhorias nas condições de vida, nas relações familiares, melhores resultados, principalmente na alimentação que melhorou consideravelmente, possibilitando a garantia das três refeições diárias, com cardápio diversificado, dando opção para escolherem suas refeições. Como declara a beneficiária entrevistada:

Com o dinheiro do Bolsa, a gente consegue si alimentar bem, escolher o que comer porque tem o dinheiro certo né? Isso é muito bom, um dia a gente come peixe, outro dia come carne, depois frango e assim a gente vai seguindo, quando não tem dinheiro, eu empresto, pra pagar depois, mas a gente tem sempre as coisas de alimentação na geladeira, isso fez com que as crianças fiquem mais fortzinhas, até pararam de adoecer, antigamente elas viviam gripadas, graças a Deus, molhou i muito. (Família, J.C, nº 13).

Outro aspecto observado acerca das beneficiárias, foi a autonomia que às mulheres passaram a exercer com o recebimento do Bolsa Família, possuem maior inserção na sociedade, estão mais seguras de si, sentem-se mais empoderadas com poder de decisão no seio de sua família, isso porque a maioria delas não tem renda e antes do Bolsa Família, eram totalmente dependentes, mas com o poder do benefício nas mãos, as mulheres conseguem, até planejar

compras maiores que vão além da alimentação. como afirma os autores. “Renda monetária, recebida através do PBF, pode criar e ampliar espaços pessoais de liberdade dos sujeitos, trazendo-lhes, conseqüentemente, mais possibilidades de autonomia da vida em geral”. (Rego e Pinzani, 2013)

É notório que para o Programa Bolsa Família no município de Soure, tem importa significado, mas é necessário a integração de todas as Políticas públicas que direcionem os olhares e priorize as maiores necessidades das famílias que se encontram em vulnerabilidades multidimensionais.

3.1 Metodologia Utilizada na pesquisa

A pesquisa foi realizada no município de Soure, arquipélago do Marajó-Pará, através do método de pesquisa científica qualitativa e quantitativa, nela é possível reunir práticas e discursos que serão transformados em dados estatísticos. O período da pesquisa transcorreu entre março e maio de 2023, o público-alvo foram famílias de baixa renda, beneficiárias do Programa Bolsa Família, 25 famílias foram entrevistadas nas suas residências, com hora marcada, através de um questionário semiestruturado com 13 perguntas norteadoras que possibilitou obter resposta das próprias beneficiárias que nunca foram ouvidas, a cada visita foi feita a apresentação do trabalho de pesquisa que se justifica com o fato do programa já existir há mais de 20 anos e nunca ter dado voz às beneficiárias do BPF, já que o objetivo da pesquisa está embasado no questionamento que frisa avaliar a importância do BPF na vida das famílias sourenses, se de fato o benefício tem importância no enfrentamento da pobreza e quais suas maiores relevâncias.

As participantes não foram nomeadas, ficaram no anonimato com apenas as iniciais de seus nomes, seguidas de numerações, que visa facilitar a identificação. A análise dos dados obtidos na entrevista foi através do questionário de perguntas e respostas que foram gravadas e transcritas.

A investigação, necessitou recorrer à pesquisa documental e bibliográfica; pois entendemos que o Marajó é um arquipélago que abre uma vasta aba de discussão acerca das problemáticas nela existentes, onde passou a ser objeto de estudo e pesquisa para várias fontes investigativas. Como não tivemos acesso a lista de beneficiárias, e para ter um alcance delas, foi necessário a utilização da amostragem em bola de neve, tipo de método que se baseia na indicação de um indivíduo para o outro. Em sua monografia, João Dewes, apresenta o método bola de neve.

(...) amostragem em bola de neve, é um método que não se utiliza em um sistema de referência, mas sim de uma rede de amizade dos membros existentes na amostra. Esse tipo de método baseado na indicação de um indivíduo para outro é também conhecido como método de cadeia de referência. (DEWES, P.7, 2013).

Isso foi possível, porque trata-se de uma cidade relativamente pequena, onde as pessoas se conhecem e frequentam lugares em comum como: Centro lotérico, Bancos, Escolas e Postos de Saúde. A pesquisa visitou 25 famílias, que estão localizadas nos 08 bairros do Município de Soure: Bairro Novo, Centro, Macaxeira, Matinha, Pacoval, São Pedro, Tucumanduba e Umirizal. Com visitas agendadas, respeitando o horário e privacidade das beneficiárias.

Para chegar aos dados estatísticos foi usado o método de juro simples, para calcular as porcentagens, seguiram a descrição formal do processo: n = o número total de pessoas entrevistadas. X = a quantidade de pessoas em uma determinada categoria. P = a porcentagem correspondente a essa categoria. O cálculo da porcentagem pode ser expresso matematicamente da seguinte forma: $p = (x / n) * 100$ (x / n) representa a proporção de pessoas nessa categoria em relação ao número total de pessoas entrevistadas.

A pesquisa também se valeu de coleta de dados já existentes, publicados nas plataformas digitais e sites dos órgãos governamentais: Ministérios de Desenvolvimento Social, Família e Combate a Fome tanto no âmbito Municipal, Estadual e Federal, bem como, análise de relatórios e pesquisas já realizados na região do Marajó; Como: SEBRAE, RI Marajó, Abraça Marajó, como CRAS, CREAS, Conselho Tutelar, escolas públicas, secretarias de educação e saúde

3.2 Análise da importância do Bolsa Família no enfrentamento da pobreza no município de Soure.

A pesquisa revelou que o Programa Bolsa Família tem sim, proporcionado significativas mudanças no enfrentamento da pobreza das famílias do município de Soure, depois de suas inserções no programa suas vidas melhoram bastante, o programa trouxe mais tranquilidade, à medida que se tem uma renda mínima que seja, mas que se possa contar no final do mês para suprir as mínimas despesas.

As beneficiárias pesquisadas no Bolsa Família estão em uma faixa etária que varia entre 23 a 57 anos, são inseridas no programa através de duas formas: titular quando se inscrevem diretamente no CRAS ocupando 60% ou 40% via transferência que ocorre quando o benefício é repassado para outra pessoa responsável pela família, pessoas que não se encontram mais no perfil que mudaram sua condição de vida ou que são obrigados pela justiça por não cumprirem com os critérios exigidos pelo programa e são obrigados a transferir o benefício para outra pessoa. A pesquisa revelou que as famílias beneficiárias do município de Soure recebem o benefício no tempo que varia entre 3 a mais de 10 anos, 12% recebem a 3 anos, 20% recebem a 5 anos, 24% recebem a 10 anos e 80% recebem a mais de 10 anos.

A pesquisa identificou que as beneficiárias não tem muito conhecimento do que se trata o programa, intendem apenas sendo um programa que ajuda os pobres e as crianças carentes, 28% tem conhecimento do que se trata o programa com suas políticas de enfrentamento da pobreza; 16% não tem conhecimento algum e 56% tem conhecimento, mas de forma reduzida com poucas informações. A permanência delas no programa revelou que 48% querem ficar no programa por muito tempo; 28% gostariam de trabalhar de carteira assinada e 24% sonham em abrir seu próprio negócio.

Entretanto só o programa Bolsa Família não é suficiente para suprir todas as necessidades das famílias. Faltam mais oportunidade de trabalho, explorar com mais propriedade as riquezas existentes na Ilha como: cultura, o artesanato, e políticas públicas que proporcione amparo as crianças nos ambientes de trabalho e estudo, muitas mães deixam de estudar e trabalhar por não terem com quem deixar seus filhos e as instituições não

aceitam a presença de crianças em ambiente de trabalho, muito menos em instituições de ensino. As famílias enfrentam muitas dificuldades em relação ao abastecimento de água potável, quase todos os bairros têm deficiência no abastecimento de água pública, relatam que a água só chega à noite ou cedo pela manhã, e o dia inteiro ficam sem o abastecimento, apenas as residências que possuem poço artesiano não sofrem. Essa deficiência hídrica que atinge a população sourense há vários anos. O Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Obras Públicas (SEOP), em parcerias com as prefeituras municipais, promete construir sistema de abastecimento, com reservatórios de 15 mil litros, que serão construídos nos bairros mais afetados. Ter acesso a água de qualidade e ao saneamento básico é um direito de todos, ressaltou o secretário-adjunto de obras do Estado do Pará, Valdir Acatauassú (AGÊNCIA PARÁ, 2023).

Atualmente as escolas públicas municipais, entram com suporte solidário, disponibilizando torneiras que ficam do lado externo do prédio escolar, para doar água potável de poço artesiano para as comunidades dos bairros. Além disso, outra dificuldade social foi apresentada pelas beneficiárias. Quando perguntamos das dificuldades em receber o benefício do Bolsa Família. Elas responderam que possuem muitas dificuldades, porque Soure não possui uma Agência da Caixa Econômica Federal, muitas vezes elas precisam se deslocar para outro município ou até viajar para Belém, assim, aumentam as despesas com os custos das viagens, além disso, é grande o número de pessoas que ficam nas filas para receberem seus benefícios e o Centro Lotérico não é suficiente para atender toda a população.

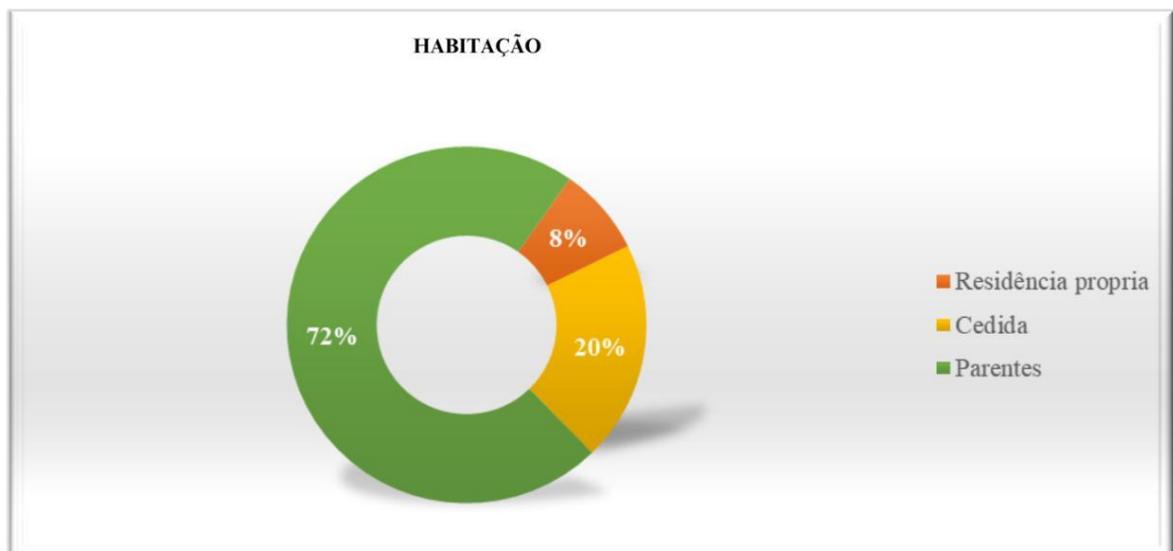
Levando em consideração que a formação básica da família é determinante para a segurança e estabilidade financeira e emocional da família e em virtude disso, a pesquisa revelou que 80% das famílias consultadas são chefiadas por mulheres que não tem com quem dividir as despesas da casa, são abandonadas ainda grávidas, apenas 8% são casadas legalmente, 32% vivem em união informal; e 60% se declaram mãe solteiras.

Conforme o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate comprovou que 17,2 milhões das famílias beneficiadas têm como responsável uma mulher 81,2% do total (BRASIL,2023). Essa é uma realidade presente na sociedade brasileira, as mulheres estão cada vez mais fortes, empoderadas, ocupando lugares de destaque que antes eram destinados apenas para os homens, elas que ainda sofrem com muitas privações e violências, mas que possuem a força e não desistem de seus filhos, assume a liderança de suas famílias, muitas vezes sozinhas, retiram forças para enfrenta os obstáculos que são

vencidos com muita propriedade e sabedoria, ela se reinventam a cada pedra que encontram no caminho.

A pesquisa identificou que a habitação é um problema grave e frequente na formação dessas famílias. O déficit habitacional encontrado na pesquisa que mostra que 72% das beneficiárias do Programa Bolsa Família moram em condições precárias, de favor em casas de parentes, vão constituindo suas famílias nas próprias residências que nasceram, ou de alguém da família que as abriga, pois não tem para onde irem com seus filhos. 20% moram em residências que são cedidas como não têm para onde irem, são obrigadas a morar em casa cedidas, improvisadas nos fundos ou ficam aglomeradas na própria família, nenhuma família consultada mora de casa alugada, apenas 8% têm residência própria. A quantidade de pessoas que residem em cada família variam entre 4 a 10 pessoas por família. Esses fatores revelam que as beneficiárias do PBF não estão dentro das políticas de habitação, não estão alcançando, seja por falta de esclarecimento ou falta de oportunidade de serem contempladas nos programas habitacionais recebidos através dos projetos sociais recebidos pelo município de Soure, como: Minha Casa Minha Vida, e Cheque Moradia.

Gráfico 1 - Situação Habitacional dos entrevistados

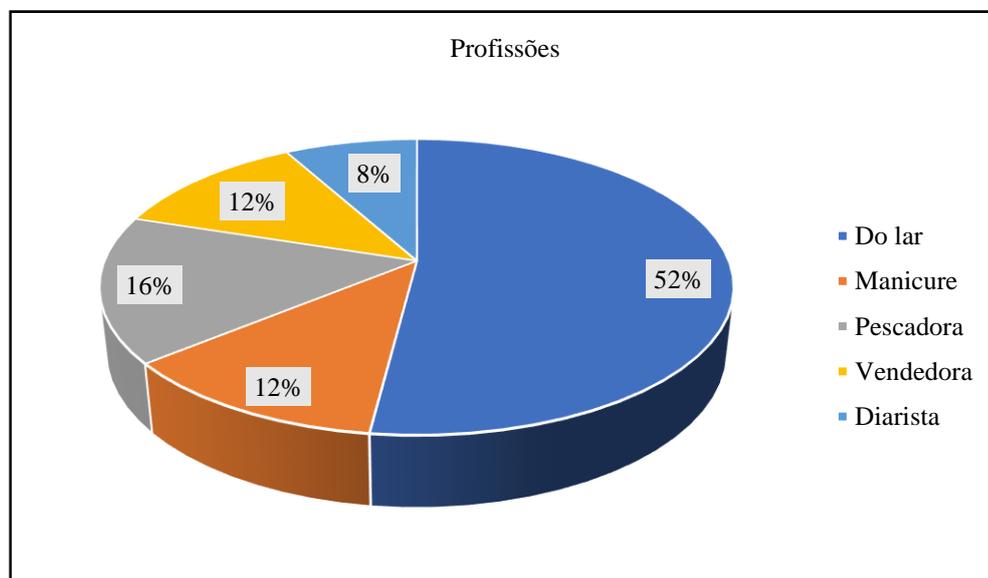


Fonte: Autora (2023).

Com a escassez de emprego, o benefício se tornou a principal renda das famílias que fica em torno de R\$ 800,00 a R\$ 1.200,00 reais por mês. Como mostra o gráfico 2, 52% se declaram como profissionais do lar, o que resulta dizer que não recebem nenhum dinheiro, não vistas pelo sistema como profissionais, em relação a essa abordagem vou me valer do que pensa Silvia ¹Federice, (2017, p.233) Dessa forma, o Estado intervém na reprodução do trabalho, quando as mulheres são afastadas da participação social e passam a ser totalmente dependente dos homens, já que só eles exerciam o trabalho remunerado, ficam em casa nos afazeres domésticos não remunerados, criando filhos que serão a futura força de trabalho, que tornava as mulheres servas da força de trabalho masculina.

Dessa forma, manterá o capitalismo ativo, a mulher não é vista pelo capitalismo como uma profissional, todo seu trabalho é visto como parte da sua natureza biológica. As demais beneficiárias complementam suas rendas com atividades autônomas como: pesca, manicure, diarista e vendas, mas a maioria se declara do lar como mostra o gráfico 2.

Gráfico 2 - Complemento de renda das entrevistadas



Fonte: Autora (2023).

¹ Silvia Federici é uma filósofa contemporânea, professora e feminista autonomista italiana radicada nos Estados Unidos. Ela foi nos anos 1970 uma das pioneiras nas campanhas que reivindicavam salário para o trabalho doméstico. Retirado da obra. Calibã e a bruxa: mulheres, corpos e a acumulação primitiva, (2017).

As beneficiárias contempladas no Bolsa Família se encontram em faixas etárias entre 23 a 57 anos. Em relação ao nível de escolaridade indentificou-se que 48% das beneficiárias estudaram até o fundamental incompleto; 20% concluíram o ensino fundamental; 16% tem o ensino médio completo; 12% tem o médio incompleto e apenas 1 pessoa tem o ensino superior, mas se encontra mãe solteira, desempregada e chefe de família. Foram inseridas no programa através de duas formas: titular quando se inscrevem diretamente no CRAS ocupando 60% ou através de transferência ocupando 40% que ocorre quando o benefício é repassado para outra pessoa responsável pela família, pessoas que não se encontram mais no perfil que mudaram sua condição de vida ou que são obrigados pela justiça por não cumprirem com os critérios exigidos pelo programa e são obrigados a transferirem o benefício para outra pessoa.

. A pesquisa identificou que as beneficiárias não tem muito conhecimento do que se trata o programa, entendem apenas sendo um programa que ajuda os pobres e as crianças carentes, 28% tem conhecimento do que se trata o programa com suas políticas ao enfrentamento da pobreza e toda sua nomenclatura; 16% não tem conhecimento algum e 56% tem conhecimento, mas de forma reduzida com poucas informações.

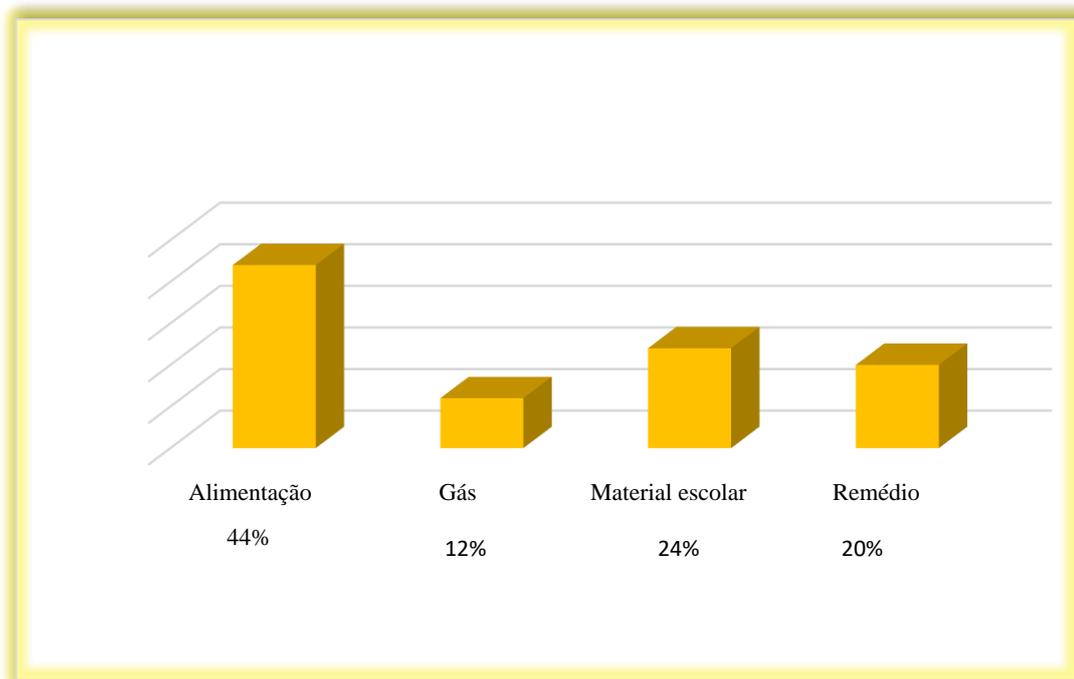
Em visita ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) a coordenadora declarou que todos os meses são ofertados vários cursos de capacitação, mas a procura é pouca, isso se justifica em resposta ao questionário que declararam não participar com frequência dos cursos ofertados. O curso mais frequentado é o da Cegonha que é ofertado principalmente para adolescente grávidas.

Os cursos de capacitação que proporcionam geração de renda e inclusão social, são importantes para as beneficiárias do Programa Bolsa Família, pois seria uma excelente oportunidade para as beneficiárias aprenderem uma profissão e se tornarem empreendedoras, abrindo seus próprios negócios e gerando suas próprias rendas, atitude que as libertaria da dependência do programa do Governo Federal. Os cursos também são ofertados para qualificar os profissionais que trabalham na Assistência Social, que são também de grande relevância pois, proporcionam o aperfeiçoamento dos conhecimentos na área e atualizam as habilidades técnicas para o melhor acolhimento das famílias inscritas no cadastro.

As famílias declaram que o novo reajuste foi importantíssimo porque o benefício estava pagando pouco e não dava para quase nada, mas agora suas vidas tiveram mais qualidade porque conseguem se alimentar melhor, pagar contas, atender necessidades básicas de uma família sem recursos financeiros.

O gráfico 3 mostra onde o benefício é mais utilizado, segundo os relatos declarados pelas beneficiárias. O recurso do Programa Bolsa Família é essencial na alimentação, que requer uma necessidade diária. seguido de outras despesas como: material escolar, remédio e o gás de cozinha. A pesquisa mostra que as famílias sobrevivem, são privados de outros aspectos sociais.

Gráfico 3 - Como o benefício é mais utilizado?



Fonte: Autora (2023).

“Agora com o novo Bolsa Família eles têm uma alimentação, bem melhor e que, que quando falta as coisas aqui em casa, eu posso tirar, e pagar depois nos comércios, é essa questão melhorou muito, porque antigamente a gente tinha muita dificuldade, a gente comia mal, tomava café com farinha muita das vezes, carne era só quando meu tio vinha da fazenda, peixe a gente ganhava por doação dos vizinhos, então muitas das vezes a gente vivia das doações da igreja, e é isso, Deus tem feito que a nossa vida melhorou muito, antes a gente comia mortadela ou salsicha com macarrão, ovo com arroz e farinha, janta, quase não tinha, era mais as crianças que jantava”.(Família, M.G, nº15)

“Quando passei a receber o dinheiro do Bolsa Família tudo ficou melhor, porque a gente passava muita dificuldade no dia a dia, não era todo dia que a gente tomava café, almoçava e jantava; hoje fazemos todas as refeições e ainda dar para merendar, compra alguma coisa a mais... como o açaí, que todo mundo gosta né mana? ou um refrigerante que as crianças gostam também. Antigamente era tudo difícil, tinha que improvisar a comida, fazer ovo com macarrão, picadinho com arroz, não dava para comprar frutas e

legumes, só alguns temperos como: cebola, tomate e pimentinha, e nem sempre tinha janta, era bem complicado, porque nem todo dia tinha dinheiro para comprar e ninguém dava fiado pra pagar depois, a gente ainda passa por apertos, mas molhou bastante agora, graças a Deus". (Família, S.V, nº 6)

A partir dessas respostas é possível compreender que as famílias após serem inseridas no Programa Bolsa Família, obtiveram melhorias significativas na qualidade de vida. Agora eles têm uma alimentação melhor, pois podem utilizar o benefício para comprar alimentos nos comércios locais e pagar posteriormente. O que lhes permite usufruir de uma nutrição mais adequada e diversificada, conferindo-lhes uma melhoria substancial em sua qualidade de vida, notadamente no aspecto alimentar. que tem um dos principais pilares de estratégias nacional que é assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo dessa foram, a segurança alimenta e nutricional para as famílias mais pobres do Brasil.

Portanto, pode-se concluir que a porcentagem de pessoas que utilizam com maior frequência o benefício do Bolsa Família para suprir suas necessidades alimentares é igual a 44%. Cabe ressaltar que esse mesmo procedimento foi adotado para calcular as porcentagens correspondentes às demais categorias analisadas, buscando-se uma compreensão abrangente e fundamentada dos dados relacionados aos beneficiários do programa.

3.3 As vozes das beneficiárias do Programa Bolsa Família

Partindo do princípio de que o objetivo desse trabalho é discutir o Programa Bolsa Família a partir do ponto de vista dos sujeitos, que são protagonistas dessa dissertação, pautado na justificativa de que o programa já existe a mais de 20 anos, entretanto como afirma Walquíria Rego e Alessandro Pinzani (2013) O programa governamental suscita um número crescente de estudos, mas, em nenhum deles, da voz aos que recebem o benefício.

As vozes das beneficiárias do Programa Bolsa Família se fazem presente nesse trabalho, abrindo um leque que possibilita ouvi-las, o que elas pensam a respeito do programa, como ele é visto e a importância que o programa Bolsa Família tem em suas vidas, com o questionário semiestruturado de 13 questões. Sendo quatro questões de identificação, as quais foram nomeadas com as iniciais de nome e sobrenome, idade, grau de escolaridade e profissão. O item dois do roteiro da entrevista se deu com questões norteadoras que foram gravadas e posteriormente transcritas. O método da pesquisa das entrevistas de campo foi amostragem em bola de neve. (...) esse tipo de método baseado na indicação de um indivíduo que indica outro indivíduo é também conhecido como método de cadeia de referência" (DEWES.2013).

Esse método foi adotado por não termos acesso aos endereços das beneficiárias, poucas informações foram repassadas pelo Centro de Referência local. Daí, se fez necessário a utilização do método conhecido também como ²Snowball Sampling por se tratar de uma cidade pequena onde as pessoas se conhecem, frequentam lugares em comum como: Centro Lotérico, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Hospital Municipal e Mercado Municipal. Diante dessa realidade, uma beneficiária conhece a outra, que conhece outra, formando assim uma cadeia de referência. A pesquisa se encerra quando as informações se repetem. A pesquisa totalizou 25 famílias.

A partir da interrogativa feita as beneficiárias que foram identificadas pelas iniciais de seus nomes e sobrenomes. Ouvimos relatos que comprovam a importância que o programa possui em suas vidas, bem como a compreensão que elas têm acerca dos fundamentos que ancoram o Programa Bolsa Família, que existe para suprir as necessidades emergenciais das famílias pobres e extremamente pobres do Brasil, que encontram-se desempregadas, mas que precisam ser atendidas nas suas necessidades básicas de sobrevivência humana. As despesas geradas em uma família que possui crianças na escola, que precisam de medicamentos quando adoecem e alimentação saudável todos os dias. Quando perguntamos. Como você vê o Programa Bolsa Família? Ouvimos como relatos:

“Eu vejo o programa Bolsa Família como uma forma de ajudar, né? as mulheres carentes e as crianças que...estão sem recurso naquele momento né? de criar criança pequena, não poder trabalhar, ou que tem a dificuldade de deixar o filho, porque não tem ninguém pra cuidar e precisa manter essa criança alimentada, ela alimentada, que precisa colocar essa criança para estudar, aí precisa comprar material escolar, remédio todas as necessidades dessa criança que é comprar o que precisa pra casa e pras crianças no caso” (Família, H.C, nº 07)

“Olha, eu vejo Bolsa Família como um meio que o governo encontrou para ajudar as pessoa pobre que não tem imprego, porque não tem imprego pra todo mundo né, isso é uma grade verdade, a gente que tem dificuldade na vida, que passa fome, que tem criança na escola.O meu marido e meus filho vive da pesca do camarão e do peixe, o dinheiro que eles arraja so dar pra dispesa da casa, a vida da gente melhorou muito com o aumento do Bolsa Família que já dar pra gente contar e colocar mais alimento na mesa como de vez em quando, tomar um açaí, que mesmo sendo da região é caro né, e não dar pra comprar todo dia né, quem dera si desse; com o dinheirinho do Bolsa, ficou bacana agora. Outra coisa que ajuda a gente é quando ele recebe o seguro da pesca que é uma vez no ano aí, a gente... a gente consegue mexer na casa, i comprar alguma coisa de valor pra dentro de casa”.(Família,T.O, nº24)

² técnica de amostragem não probabilística em que os sujeitos de estudo existentes recrutam futuros sujeitos entre seus conhecidos. Assim, diz-se que o grupo de amostra cresce como uma bola de neve rolante. À medida que a amostra se acumula, são coletados dados suficientes para serem úteis para a pesquisa (DEWES.2013).

As famílias entrevistadas responderam as melhorias que o programa Bolsa família trouxe para sua vida e o que mudou?

“A melhoria do Bolsa Família, é que hoje a gente tem um dinheiro certo, né? Pra compra alimento, um remédio quando adoecer, pagar uma luz, comprar um gás, comprar também material da escola, porque tem que manter a criança no colégio, a iscola sempre inventa festinha, aí tem aprontar a crinça, também tem que comprar sapato, uniforme que a escola exige , ai tem que ter dinheiro pra isso né? as crianças tem que ir direitinhas pra escola”.(Família L.V,nº 20)

“Mudou bastante, porque antes não tinha dinheiro para quase nada, quando acabava o gás, a comida era feita na lenha ou no carvão, agora a gente tem condição de ter um gás de cozinha, com o novo Bolsa Família tenho como pagar a distribuidora de gás do seu João, daqui de perto di casa, esse valor é de grande ajuda, porque o gás aumentou muito, antigamente era tudo difícil e ainda continua, mas melhorou muito agora.. né. O dinheiro mau dava para comprar carne, só estava conseguindo comprar ossada para fazer sopa que era mais barata, ou viscera como: coração, bobó, fígado, bucho e mocotó, para colocar no feijão, aí com o novo valor do Bolsa Família, a gente ainda come essas comida, mas é bem pouco. Com o dinheiro também posso comprar produtos de limpeza e higiene pessoal: como Shampoo, condicionador, creme dental, sabonete, creme de cabelo, absorvente que era difícil porque são coisa muito cara”. (Família, L.B, nº 21)

“Foi muito bom! A gente não tinha televisão fazia muito tempo, o dinheiro so dava pra comprar comida, comprar as coisa de mais necessidade sabe...Ai, eu sempre dizia pros meus filho, que Deus um dia...um dia, ia ajudar a comprar uma televisãozinha pra minha família, o meu filho, dizia que era pra mim guardar todo mês um pouquinho do Bolsa Família, e assim eu foi fazendo, guardando um pouco aqui, um pouco ali, até que a gente conseguimos comprar o aparelho, ai foi bom porque a gente si distrai um pouco vendo novela, assistindo jornal e assistindo filme que passa na TV”. (Família, I.S nº 22)

A família colocou que o PBF é muito importante porque melhorou a qualidade de vida, não só na alimentação, mas também na possibilidade de contar com uma renda certa para suprir as despesas da casa como na contribuição do gás de cozinha, na compra de material escolar para os filhos, material de limpeza, bem como o crédito que é concedido, pois os comerciantes sabem que elas vão receber o benefício e efetuar o pagamento e em virtude desta certeza liberam o crédito. Como afirma a beneficiária.

“A melhoria do Bolsa Família na minha vida, foi uma melhoria muito boa, porque nessa época, meu marido ganhava pouco, aí, muita gente começou a si inscrever, e ai foi que eu fui lá no CRAS e mi inscrevir, então me ajudou muito, até hoje, como ainda tá me ajudando, pagar uma conta, porque a gente não pode pagar tudo só de uma vez né? tem que ter assim um, um...uma rendinha e então é isso que aconteceu, aí eu já, já, já pago uma conta daqui, uma conta dali, compra comida, compra material da minha filha, material de limpeza, intera pro gás quando acaba, ah´isso ajudou muito, até hoje ajudando.” (Família, R.G, nº23)

3.3.1 Dados estatísticos na educação

Os municípios do Marajó possuem em seus indicadores, elevados índices de baixa qualidade na educação, segundo a Fundação de Amparo de Estudo e Pesquisa (FAPESPA, 2023). O Marajó é apontado como a 6ª maior taxa de abandono do ensino médio do Estado do Pará, com 20,4%. Em análise dos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de acordo com a tabela I, os municípios do Marajó apresentam resultados das Escolas Públicas e Estaduais nas séries iniciais, série finais e Ensino Médio do ano letivo de 2022. O município de Portel aparece com a pior taxa do Marajó (3,2) no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) Público e no Estadual o município de Currálinho com (2,7), Soure aparece com a taxa de (3,6) junto com Afuá no Público, e na Estadual Soure aparece com (3,5), o mesmo percentual nas séries finais. Conforme indica a tabela 1.

O município com maior IDEB foi o de Ponta de Pedras, na Estadual com (5,3) meta alcançada pelo IDEB, maior do que a alcançada pelo Estado do Pará que foi de (5,0). Esse é um fator positivo para a educação no Marajó, e principalmente para Ponta de Pedras que atinge a meta alcançada pelo IDEB. Muitos municípios não apresentaram suas classificações. Como o Município de Breves que é mais populoso do Marajó, considerado a capital do Marajó.

Tabela 1 - índice de Desenvolvimento da Educação Básica — Escolas Públicas e Estaduais - 2021

Unidade Geográfica	IDEB Séries Iniciais		IDEB Séries Finais		IDEB Ensino Médio Estadual
	Pública	Estadual	Pública	Estadual	
Brasil	5,5	5,9	4,9	5,0	3,9
Pará	4,8	5,0	4,3	4,0	3,0
RI Marajó	4,0	4,5	3,7	3,5	2,7
Afuá	3,6	-	3,1	-	-
Anajás	3,3	-	3,2	-	-
Bagre	3,8	-	4,2	-	-
Breves	-	-	4,8	-	-
Cachoeira do Arari	4,2	4,0	3,3	2,9	2,5
Chaves	-	-	-	-	-
Currálinho	3,7	-	2,7	-	-
Gurupá	4,2	-	3,9	-	-
Melgaço	-	-	-	-	-
Muaná	4,0	-	-	-	-
Oeiras do Pará	4,2	-	-	-	-
Ponta de Pedras	4,9	5,3	4,1	4,2	3,1
Portel	3,2	-	2,8	-	2,6
Salvaterra	4,5	-	3,8	-	2,9
Santa Cruz do Arari	4,2	4,2	3,8	3,4	2,3
São Sebastião da Boa Vista	4,4	-	4,4	-	-
Soure	3,6	-	3,5	3,5	-

Fonte: MEC-INEP, 2022.
Elaboração: FAPESPA, 2023.

 Meta IDEB Alcançada

A tabela 2, apresenta as Taxas de Rendimentos do Ensino Fundamental Total e Estadual do Brasil, Pará e Marajó referente ao ano de 2021. Ressaltamos que nosso objetivo é observar os resultados do município de Soure e fazer algumas comparações com outros municípios do Marajó. Na tabela 2, observamos que em relação a taxa de abandono escolar, o município de Portel aparece em primeiro com um percentual de 13,3, seguido de Cachoeira do Arari com 8,5; Chaves 8,0 e Soure ocupa a 4ª posição com 7,9 esse quadro aponta os índices que estão abaixo do Estado do Pará e do Brasil, conforme mostra a tabela 2 abaixo.

Tabela 2 - Taxas de Rendimentos do Ensino Fundamental Total e Estadual - 2021

Unidade Geográfica	Ensino Fundamental de 8 e 9 anos Total			Ensino Fundamental de 8 e 9 anos Estadual		
	Taxa de Aprovação	Taxa de Reprovação	Taxa de Abandono	Taxa de Aprovação	Taxa de Reprovação	Taxa de Abandono
Brasil	96,8	2,0	1,2	96,4	2,1	1,5
Pará	93,1	3,8	3,1	87,4	7,9	4,7
Ri Marajó	88,1	7,6	4,4	79,2	10,1	10,7
Afuá	78,6	18,4	3,0	-	-	-
Anajás	73,0	21,9	5,1	-	-	-
Bagre	96,2	0,0	3,8	-	-	-
Breves	99,9	0,0	0,1	-	-	-
Cachoeira do Arari	81,7	9,8	8,5	71,8	11,0	17,2
Chaves	90,5	1,5	8,0	-	-	-
Curralinho	74,1	21,7	4,2	64,1	27,1	8,8
Gurupá	93,7	2,0	4,3	-	-	-
Melgaço	100,0	0,0	0,0	-	-	-
Muaná	89,4	9,9	0,7	-	-	-
Oeiras do Pará	99,6	0,0	0,4	-	-	-
Ponta de Pedras	94,5	1,8	3,7	94,2	1,5	4,3
Portel	68,5	18,2	13,3	-	-	-
Salvaterra	86,4	8,9	4,7	-	-	-
Santa Cruz do Arari	93,2	3,3	3,5	84,4	1,9	13,7
São Sebastião da Boa Vista	96,0	1,1	2,9	-	-	-
Soure	81,6	10,5	7,9	81,5	8,9	9,6

Fonte: MEC-INEP, 2022.

Elaboração: FAPESPA, 2023.

Na rede estadual o índice de abandono aparece para Santa Cruz do Arari com 13,7; Cachoeira do Arari 12,2 e Soure com 9,6. No item aprovação os municípios que mais se destacam são: Melgaço lidera com 100 %; Breves 99; São Sebastião 96,0 e Soure com 81,6 de aprovação e na Estadual 81,5. Os municípios de Melgaço, Breves e Oeiras do Pará, ultrapassam a média de aprovação do Pará; Oeiras e Melgaço ultrapassam a média de aprovação do Brasil, segundo a tabela 2 abaixo. Diante do Exposto concluímos que os municípios do marajó apresentam baixo índice de desenvolvimento educacional, mesmo aqueles que possuíram o maior índice de aprovação, ultrapassando o índice do Pará e até do Brasil, mas não atingiram a meta determinada pelo IDEB, que mede a qualidade de ensino básico do Brasil.

As taxas de reprovação e abandono no sistema educacional revelam uma disparidade significativa entre os municípios, refletindo as distintas realidades educacionais presentes em cada região. Essa disparidade não apenas se manifesta dentro dos próprios distritos, mas também tem implicações abrangentes nos âmbitos econômico, social e trabalhista. A qualidade e a equidade da educação desempenham um papel crucial no desenvolvimento profissional e

pessoal, além de desempenharem um papel fundamental na busca por oportunidades de trabalho e emprego. No entanto, a falta de recursos adequados, condições de ensino favoráveis e políticas de incentivo eficazes perpetuam um sistema que mantém a prevalência da miséria, da violência e da exploração do trabalho infantil, entre outros desafios.

Diante desse contexto, é imperativo reconhecer a necessidade de medidas abrangentes e efetivas para combater a precariedade educacional. Investimentos significativos devem ser direcionados para aprimorar a infraestrutura escolar, fornecer recursos didáticos adequados e promover a formação contínua dos professores. Além disso, é essencial implementar políticas inclusivas que garantam o acesso igualitário à educação de qualidade para todas as crianças e jovens, independentemente de sua localização geográfica ou condição socioeconômica.

3.3.2 Importâncias dos cumprimentos das condicionalidades na educação

Em relação aos cumprimentos das condicionalidades, critério estabelecido pelo programa Bolsa Família, a escola municipal de “Ensino Infantil e Fundamental Cel. Alberto Engelhard” que recebe alunos dos bairros do Pacoval e bairro do Umirizal. Nos relatos através do Projeto Político Pedagógico os resultados educacionais e registro que a escola obteve avanços significativos nos anos de 2005 a 2009, porém ainda não satisfatório. A gestora acredita que 60% da permanência dos alunos é em decorrência do recebimento do PBF, diz isso, porque antes do programa, lembra que tinha que programar estratégia de busca ativa para completar as turmas, agora essa realidade mudou, os alunos acompanhados de sua mãe vêm garantir suas vagas na escola, mas não tem assiduidade, faltam bastante afirma a gestora da escola.

Em relação a esse aspecto, o Conselho Tutelar declarou que o trabalho infantil diminuiu 90% , anteriormente, era comum ver criança vendendo na rua afirma a conselheira: Chopp de frutas, coxinha, muruci, limão, óleo de bicho entre outras coisas, hoje estamos diante de outra realidade, sempre quando ocorre denúncias de trabalho infantil ou qualquer outra violação de direito somos acionados e direcionamos a rede de Assistência Social. Embora temos os maiores índices de violência no marajó contra crianças e adolescentes

3.3.3 Importâncias dos cumprimentos das condicionalidades na Saúde

Como vimos nos capítulos anteriores, os municípios do Marajó possuem os mais altos índices de precariedade do Brasil, esse quadro também se estende para a saúde. Essa análise vai ser baseada nos dados do IBGE de 2010 e a tabela 3 abaixo.

De acordo com o IBGE (2010) o ³IDHM (2010) com um índice de 0,615 do município de Soure, pode ser considerado regular. Na escala que representa a faixa de desenvolvimento municipal o alto desenvolvimento apresenta resultados superiores a 0,8 ponto; o moderado compreende resultados entre 0,6 e 0,8 ponto; o desenvolvimento regular compreende entre 0,4 e 0,6 ponto e o baixo desenvolvimento apresenta resultados inferiores a 0,4 ponto. Entretanto, os indicadores de saúde apontam a pior taxa de mortalidade infantil em menores de 05 anos, de cada mil nascidos vivos, Soure aponta (36,65); Santa Cruz do Arari (22,47), e o município de Muaná com (20,98); os municípios de índice mais baixo foram os municípios de Bagre (7,23); Gurupá (10,58) e Cachoeira do Arari que apresentou o índice mais baixo de mortalidade infantil. Em 2019 as estatísticas mostram que todos os municípios do Marajó possuem baixa cobertura de leitos hospitalares, segundo IBGE (2019). Em relação a cobertura de leitos IBGE (2019) os municípios com maiores coberturas: Soure (1,89) a maior cobertura do Marajó; Breves (1,36), São Sebastião (1,20) e Chaves (0,38).

Fazendo uma comparação aos dados de 2021 elaborado pela FAPESPA (2021) Com base na tabela 3, que mostra uma mudança nas estatísticas da saúde de Soure, em relação a mortalidade infantil, na infância e materna. Indicadores mostram que as taxas de mortalidade infantil que era em 2010 IBGE, (36,65) baixou em 2021 para (19,46), a maior ficou para Melgaço (27,38); seguido de Portel (24,45) e Bagre (24,39). Santa Cruz do Arari aparece com taxa 0,00. E menores de 5 anos (14,08). Para taxa de mortalidade materna a cada 100 mil nascidos vivos Soure aparece com 0,00, seguido de Muaná, Anajás, Bagre Santa Cruz e Salvaterra. A maior taxa aparece para Ponta de Pedra (301) superando a média de mortalidade do Estado do Pará (132,24) e do Brasil (120,52).

³Índice de desenvolvimento humano Municipal que varia de zero a 1 e quanto mais próximo do 1, maior o desenvolvimento humano. (Sebrae, 2022, p.11).

Tabela 3 - Taxa de Mortalidade Infantil, na Infância e Materna — 2021*

Unidade Geográfica	Taxa de Mortalidade Infantil (mil nascidos vivos)	Taxa de Mortalidade em Menores que 05 Anos (mil nascidos vivos)	Taxa de Mortalidade Materna (100 mil nascidos vivos)	Óbitos Maternos
Brasil	11,87	13,74	120,54	3.221
Pará	14,67	16,94	132,24	181
Marajó	15,48	18,98	124,47	16
Afuá	14,25	20,89	284,90	3
Anajás	14,05	16,39	0,00	-
Bagre	17,42	24,39	0,00	-
Breves	12,70	16,70	145,19	4
Cachoeira do Arari	9,80	13,07	0,00	-
Chaves	17,24	17,24	246,31	1
Curralinho	16,62	22,16	138,50	1
Gurupá	13,05	18,28	130,55	1
Melgaço	24,15	27,38	161,03	1
Muaná	11,68	14,60	0,00	-
Oeiras do Pará	19,76	21,08	131,75	1
Ponta de Pedras	6,02	6,02	301,20	1
Portel	22,00	24,45	122,25	2
Salvaterra	20,96	23,95	0,00	-
Santa Cruz do Arari	0,00	14,08	0,00	-
São Sebastião da Boa Vista	7,03	8,79	175,75	1
Soure	19,46	19,46	0,00	-

Fonte: DATASUS, 2022.

Elaboração: FAPESPA, 2023.

*Dados preliminares extraídos em Mar/23.

Tabela 4 - Infraestrutura de Saúde e Atenção Primária - 2022

Unidade Geográfica	Postos e Centros de Saúde (10 mil habitantes)	Leitos Hospitalares (mil habitantes)	Taxa de Cobertura da Atenção Primária
BRASIL	2,29	2,46	75,12
Pará	2,64	1,94	61,92
RI Marajó	4,22	1,01	32,51
Afuá	7,52	0,75	32,02
Anajás	3,66	0,70	56,90
Bagre	3,75	0,50	45,61
Breves	4,03	1,94	41,09
Cachoeira do Arari	5,75	0,82	38,30
Chaves	7,86	0,66	12,38
Curralinho	3,38	0,76	13,46
Gurupá	5,27	0,70	55,74
Melgaço	3,56	0,57	23,89
Muaná	2,65	1,11	0,00
Ponta de Pedras	1,87	0,62	6,85
Portel	3,13	0,47	10,65
Salvaterra	5,33	0,82	34,40
Santa Cruz do Arari	3,81	1,43	51,40
São Sebastião da Boa Vista	4,76	1,17	59,09
Soure	3,49	1,90	72,79

Fonte: DATASUS/DAB, 2022.

Elaboração: FAPESPA, 2023.

A tabela 4 apresenta um panorama da Infraestrutura de Saúde e Atenção Primária. Nela observa-se que as maiores coberturas de postos de saúde, por 10 mil habitantes estão nos municípios de Chaves (7,86); Afuá (7,52), Cachoeira (5,75), esses estão acima da média do Pará e do Brasil. Soure aparece com (3,49). Em comparação com a tabela 4 houve um grande avanço para os municípios de Soure que em 2019 estavam com (1,89) e passou para (3,49) e São Sebastião em 2019 (1,20) passou em 2022 para (4,76) o melhor avanço, ultrapassando a média do Pará e a do Brasil. A pesquisa revelou que o município de Soure teve um avanço

significativo na Saúde, isso comparado aos dados examinados de 2019. A Secretaria de Assistência segue as normas dando suporte às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. O cronograma da pesagem, realizadas no Ginásio de Esporte do Município, Abel Nunes de Figueiredo, as datas são programadas de acordo o número do NIS e organizada pelo CRAS.

A tabela 5 mostra o percentual de dados de 2013, aponta indicadores dos municípios do Marajó no percentual de pobreza e extrema pobreza, onde Soure aparece com o menor percentual comparado aos outros municípios da Ilha de Marajó, os classificados extremamente pobres, aparecem com 16,69, e os pobres com 38,22, comparado aos outros municípios está no menor percentual (0,52). Entretanto, o índice de ⁴Gini (0,52) e IDHM (0,615) encontram-se na média dos outros municípios, não apresentando grandes diferenças. Em comparação a tabela 6, onde mostra que houve aumento significativo de pessoas extremamente pobres com percentual de (51,10), taxa superior à média do Pará que é (40,34) e do Brasil (23,52), já a taxa de pobreza de Soure, segundo a tabela 6 apresentada pelo cad. Único de 2022 ficou abaixo dos percentuais dos municípios do Marajó, Pará (46,87) e do Brasil (28,15).

Comparado as tabelas 5 e 6, vimos a pobreza e a extrema pobreza aumentaram de tal forma que ultrapassou a média estadual e nacional

Tabela 5 -

Municípios	% de extremamente pobres	% de pobres	Índice de Gini	IDHM
Afuá	45,65	64,88	0,66	0,489
Anajás	38,53	62,02	0,62	0,484
Bagre	28,34	59,68	0,48	0,471
Breves	32,09	56,22	0,58	0,503
Cachoeira do Arari	36,27	54,40	0,60	0,546
Chaves	43,41	63,04	0,67	0,453
Currálinho	35,17	60,34	0,57	0,502
Gurupá	33,07	54,73	0,56	0,509
Melgaço	43,92	73,43	0,55	0,418
Muaná	24,12	52,07	0,56	0,547
Ponta de Pedras	31,76	52,26	0,61	0,562
Portel	39,40	60,55	0,64	0,483
Salvaterra	23,43	42,33	0,57	0,608
Santa Cruz do Arari	28,79	62,21	0,49	0,557
São Sebastião da Boa Vista	31,46	56,65	0,54	0,558
Soure	16,69	38,22	0,52	0,615
Pará	15,90	32,33	0,62	0,646
Brasil	6,62	15,20	0,60	0,727

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD/PEA/FJP. 2013).

⁴ O Índice de **Gini**, criado pelo matemático italiano Conrado **Gini**, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado local (Ipea).

De acordo com a Tabela 6, a nível nacional, há um total de 93.626.078 pessoas inscritas no Cadastro Único, o que representa aproximadamente 43,89% da população. Dentre essas pessoas, 28,15% estão em situação de pobreza e 23,52% estão em situação de extrema pobreza.

Pessoas, % de Pobreza e de Extrema Pobreza, Famílias e % de Famílias Beneficiárias - Cad Único - Dez/2022

Tabela 6 –

Pessoas, % de Pobreza e de Extrema Pobreza, Famílias e % de Famílias Beneficiárias – CadÚnico – Dez/2022

Unidade Geográfica	Total de Pessoas inscritas no Cadastro Único	Percentual da População inscritas no Cadastro Único	Pessoas em situação de pobreza inscritas no Cadastro Único	Pessoas em situação de extrema pobreza inscritas no Cadastro Único	Famílias inscritas no Cadastro Único	Percentual de Famílias inscritas no Cadastro Único que são Beneficiárias do Programa Bolsa Família/Programa Auxílio Brasil
Brasil	93.626.078	43,89	28,15	23,52	41.293.865	52,31
Pará	5.402.731	61,31	46,87	40,34	2.274.075	60,26
Ri Marajó	497.337	81,40	73,11	69,06	174.804	74,22
Afuá	35.778	89,65	80,07	74,94	11.509	72,36
Anajás	30.343	100,84	91,85	89,10	11.021	80,47
Bagre	19.497	60,99	57,89	55,83	5.745	80,50
Breves	90.380	86,67	77,18	72,64	35.986	68,20
Cachoeira do Arari	18.182	74,65	66,43	65,76	7.202	77,53
Chaves	17.424	72,07	68,08	61,43	5.259	81,46
Currálinho	29.410	82,78	75,70	71,07	9.054	79,85
Gurupá	30.723	90,03	82,25	78,78	8.897	80,74
Melgaço	23.713	84,32	78,18	72,97	8.019	79,49
Muaná	31.119	75,07	63,80	59,02	10.093	72,82
Oeiras do Pará	30.811	92,85	87,92	85,37	10.159	85,73
Ponta de Pedras	23.141	72,30	63,50	60,78	9.884	72,66
Portel	47.489	74,40	65,58	58,46	14.069	68,81
Salvaterra	18.711	76,71	67,18	65,62	8.928	74,03
Santa Cruz do Arari	6.827	65,04	57,94	56,65	2.563	77,33
São Sebastião da Boa Vista	25.793	94,47	87,78	85,72	8.778	79,68
Soure	17.996	69,88	55,51	51,10	7.638	55,20

Fonte: SENARC -VISDATA-CadÚnico, 2023
Elaboração: FAPESPA, 2023

Analisando os números, observa-se que o percentual de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza no Marajó é bastante expressivo. Os municípios da região apresentam índices preocupantes, com destaque para os municípios do Marajó, Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Currálinho, Gurupá, Melgaço, Muaná, Oeiras do Pará, Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da Boa Vista e Soure. Nessas localidades, a proporção de pessoas em situação de pobreza ultrapassa a média estadual e nacional, o que demonstra a necessidade urgente de políticas públicas efetivas para combater a desigualdade e melhorar as condições de vida da população.

Entre os municípios mencionados, o município de Anajás apresenta um dos índices mais elevados de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza inscritas no Cadastro Único. Com percentuais de 91,85% e 89,10%, respectivamente, Anajás enfrenta desafios significativos no que diz respeito às condições socioeconômicas de sua população. Esses números indicam uma realidade preocupante, que requer atenção e intervenções específicas para promover melhorias nas condições de vida e combater a desigualdade nessa localidade.

Com relação ao município de Soure, de acordo com os dados apresentados na tabela, este possui uma situação um pouco melhor em relação aos índices de pobreza e extrema pobreza em comparação a outros municípios do Marajó. Com 55,51% da população inscrita no Cadastro Único em situação de pobreza e 51,10% em situação de extrema pobreza, Soure ainda enfrenta desafios socioeconômicos significativos. Apesar disso, é importante ressaltar que mesmo com números relativamente menores, a situação em Soure ainda exige ações e investimentos para melhorar as condições de vida da população, reduzir a pobreza e promover a inclusão social.

Além disso, chama a atenção o número de famílias inscritas no Cadastro Único nessas regiões. Embora exista uma significativa adesão aos programas de assistência social, representada pelo percentual de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família/Programa Auxílio Brasil, é preciso avaliar se esses recursos estão sendo suficientes para garantir a superação das condições de vulnerabilidade. Ainda assim, é válido reconhecer o papel desses programas, como importantes mecanismos de transferência de renda, que contribuem para aliviar a situação das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza.

Figura 1 - Programação de pesagem dos beneficiários do Bolsa Família

ATENÇÃO BENEFICIÁRIO DO BOLSA FAMÍLIA
| PESAGEM OBRIGATÓRIA

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

- RG
- CPF
- CARTÃO SUS
- CARTEIRA DE VACINA
- COMP. DE RESIDENCIA

Obs: A carteira de vacinação da criança precisa constar todas as suas vacinas, sem atraso.

Pesagem Menina
de 0 até 30 anos

Pesagem Menino
de 0 até 8 anos

DATA	NIS
03 e 04/04	NIS 1
05 e 10/04	NIS 2
11 e 12/04	NIS 3
13 e 14/04	NIS 4
17 e 18/04	NIS 5
19 e 20/04	NIS 6
24 e 25/04	NIS 7
26 e 27/04	NIS 8
28/04 e 02/05	NIS 9
03 e 04/05	NIS 0

PROGRAMA **família**

SOURE SEMPAS

Fonte: Centro de Referência de Assistência Social de Soure-PA.

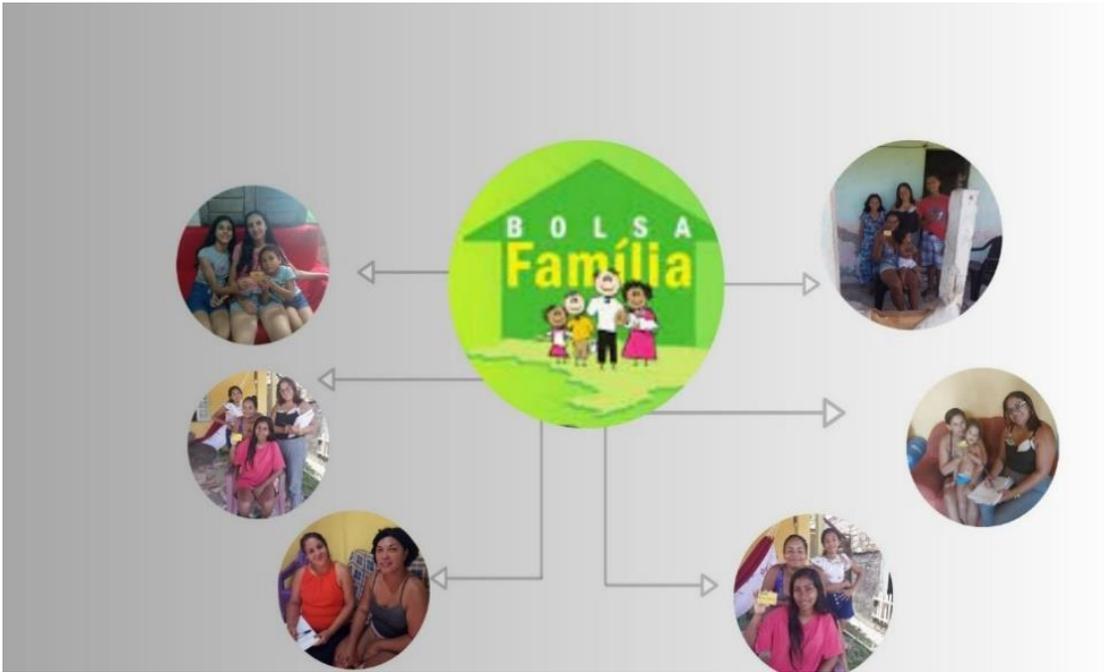
A imagem 1, apresenta o cronograma organizado pelo CRAS de Soure para a divulgação da pesagem. O informativo contém os dados necessários que os beneficiários precisam para realização da pesagem: Documentações, e as datas programadas de acordo com o NIS, para evitar aglomerações. Muitas vezes, as famílias podem desconhecer a necessidade de participar dessas atividades ou podem ter dúvidas sobre sua importância. Ao compartilhar a programação de pesagem, é possível educar e informar a população sobre a relevância dessas ações para a saúde e o desenvolvimento das crianças e gestantes.

Visto que, a pesagem dos beneficiários permite identificar possíveis casos de desnutrição, obesidade ou outras condições relacionadas à saúde que necessitem de atenção especial. Com base nos resultados, é possível direcionar ações de acompanhamento, orientação e suporte às famílias, visando melhorar suas condições de alimentação e promover um desenvolvimento saudável.

Além disso, o compartilhamento nas redes sociais possibilita que um maior número de pessoas tenha acesso a essas informações, mesmo aquelas que não são beneficiárias do programa. Isso é fundamental para promover uma maior conscientização sobre a importância da assistência social e da garantia de direitos básicos, como o acesso a uma alimentação

adequada. Dessa forma, é possível sensibilizar a sociedade como um todo tornando-a, como deve ser, um agente participativo do programa, pois com o compartilhamento se cria uma corrente de colaboração entre as famílias e comunidades estendendo assim a abrangência da ação.

Figura 2 -



Fonte: Cad Único (2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando as respostas dos entrevistados, foi possível perceber e identificar a importância do Programa Bolsa Família no município de Soure acerca das famílias de baixa renda, consideradas pobres ou extremamente pobres. Partindo do pressuposto hipotético que o Programa Bolsa Família tem significativa importância para o enfrentamento da pobreza dos beneficiários do município de Soure, que a inserção deles do programa melhorou a qualidade de vida no enfrentamento da desigualdade social, principalmente em relação à atenção dada em rede que garante mais proteção para as famílias com a cobertura de integração e articulada, através de políticas públicas que objetivam o fortalecimento ao acesso aos direitos básicos de qualquer cidadão, em parceria com as Secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social.

Em se tratando de discutir o programa a partir do ponto de vista do sujeito dessa pesquisa, onde foi possível detectar as melhorias alcançadas pelas famílias que recebem o Bolsa Família, pode-se afirmar que houve até melhor incentivo para que as crianças frequentassem a escola, visto que precisam da declaração da escola, caso a criança não frequente a escola, a família estará propenso a perder o benefício, assim, houve queda de evasão escolar, segundo relato da gestora da escola consultada, logo, considera-se como um grande avanço tanto na vida familiar como na vida escolar.

Partindo do ponto de vista de identificar se o programa contribuiu para atender as vulnerabilidades sociais, entende-se, segundo os entrevistados que houve melhorias na qualidade de vida de muitas famílias, pois, através do benefício, muitas pessoas já passaram a obter mais alimentos, ou até mesmo comprar algum material escolar, e com isso facilitou o acesso à escola, sendo que muitas vezes, antes do programa, não havia tal possibilidade, daí dizer que o programa contribuiu concomitantemente para o progresso da humanidade.

Considerando que a pobreza é um fenômeno que sempre fez parte do sistema político-social brasileiro, marcado pelo passado histórico do período colonial. As heranças herdadas têm fortes incidências no processo de transformação do Brasil, o passado escravista que assolam o Brasil e indicam as crises e mazelas que vivenciamos até os dias de hoje. Combater essa realidade tem sido o grande desafio das propostas das políticas públicas sociais, pois elas estão relacionadas aos acessos aos direitos sociais básicos e prioritários para a sobrevivência humana. Conforme estabelece a Constituição Federal artigo 6º de 1988.

Segundo o relatório elaborado em 7 de outubro de 2021 em Nova York pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) define o conceito de pobreza como: “Negação das escolhas e oportunidades básicas para o desenvolvimento humano, refletida em

vida curta, falta de educação elementar, falta de meios materiais, exclusão e falta de liberdade e dignidade”. (PNUD,1997). Dessa forma, esses elementos caracterizam a pobreza sendo multidimensional porque abrange múltiplos aspectos de privações, que vai além da renda, que é considerada apenas sendo unidimensional. Desde sua criação em 2003, governo do presidente Luíz Inácio Lula da Silva, o Programa Bolsa Família, já atendia 3,6 milhões de famílias, aproximadamente 14,7 milhões de brasileiros, estamos falando de uma cobertura de 44.176.768 milhões, desse total de beneficiárias. As mulheres têm preferência no recebimento do programa como forma de fortalecer a figura feminina e assumirem a liderança da família.

Com base nas teorias de Walquíria Leão e Rego Pinzani (2013) que afirma “O programa Governamental suscita um número crescente de estudo, mas em praticamente todos eles, não se dar voz aos que recebem o benefício”. Partido desse princípio nos propomos a desenvolver a pesquisa no abrindo uma discussão aos beneficiários do Programa Bolsa Família de Soure -PA, de que modo o programa é visto e compreendido? Objetivando identificar importância do programa no enfrentamento da pobreza dos beneficiários do município de Soure, qual a relevância que o programa ofertado pelo Governo Federal, em combate à pobreza e desigualdade social em suas famílias.

A pesquisa consultou 25 famílias. beneficiárias do município de Soure; as quais revelaram que o benefício tem sim, contribuído significativamente para enfrentar as dificuldades do dia a dia, com a falta de emprego e oportunidades, o PBF é extremamente necessário se tornando a principal renda, é importante porque dar uma segurança de garantia de renda. Além do fato de serem assistidas em outras instituições como atenção dada na educação, onde a escola ajuda na compreensão da permanência de frequentar escola. O índice de evasão escolar diminuiu com a inserção no programa, mas ainda apresentam baixo Índice de Desenvolvimento Educacional, (IDEB) Contudo o trabalho infantil na rua diminuiu substancialmente, coibindo a vulnerabilidade, embora continue com os maiores índice de violência, segundo os relatos dos Conselheiros Tutelares de Soure.

O reflexo da pobreza e exclusão social estão estampados nas violações de direitos humanos, violências contra mulheres, crianças são as principais vítimas de abuso e exploração sexual. SEBRAE (2023):

O menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país. estão localizados na região do Marajó, assumem o primeiro rank de maior taxa de pobreza do Pará com um percentual de 73,1%, em altos índices de exploração sexual e trabalho infantil e

contra as mulheres em relatos de agressão, invasão de privacidade e mesmo privação do direito de ir e vir. Fatos que se repetem em outros grupos sociais, como os dos jovens e idosos. Fatores como a pobreza e a exclusão presentes no arquipélago marajoara. Dos 16 Municípios que integram a região, 08 estão entre os 50 de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do País, sendo que o de pior índice se encontra no Marajó. (SEBRAE, 2023).

Em relação a saúde, o PBF tem proporcionado o monitoramento das famílias, desde a gravidez que é assistida no pré-natal nas unidades de saúde ao acolhimento no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) através do projeto cegonha, embora à procura de outros cursos ofertados pelo CRAS seja pouca, relatou a Coordenadora do CRAS. Uma prática que precisa ser revista e mais articulada, pois o interesse nos cursos pode possibilitar a mudança de vida dessas beneficiárias. Propor a obrigatoriedade da participação nos cursos, pelo menos uma vez ao ano, seria uma proposta para que no decorrer do programa obtivessem uma prática profissional.

A pesquisa constatou que as beneficiárias do município de Soure obtiveram uma qualidade de vida melhor, principalmente na alimentação, e com o monitoramento das condicionalidades, e maior cobertura na saúde, educação e rede de assistência. O benefício, proporciona mais tranquilidade à medida que se tem uma renda certa no final do mês, por mínima que seja, mas o Programa Bolsa Família não é suficiente para suprir todas as necessidades, levando em consideração que a maioria trabalha em casa, sem remuneração, elas precisam chefiar suas famílias sozinhas. Uma outra dificuldade encontrada, foi a condição do recebimento, o município, não possui uma agência da Caixa Econômica Federal para atender as necessidades dos beneficiários, tendo apenas um Centro Lotérico que fica sobrecarregado porque atende toda a população e comunidades vizinhas, isso dificulta no recebimento do benefício.

Uma solução para essa problemática, seria transformar os cartões do Bolsa Família em cartões de débito, como aconteceu na pandemia, com Governo do Estado do Pará que através do programa vale alimentação, emitiu cartão de débito para todos os alunos do ensino fundamental e médio da rede pública estadual no valor de \$80,00 com a ressalva de descontar o valor em supermercados credenciados, só poderia gastar na alimentação (GUEDES, 2021).

Contudo, constata-se que as beneficiárias do Programa Bolsa Família do município de Soure, encontram-se na estatística de grau de pobreza multidimensional, visto que suas dificuldades não estão apenas em um único fator, que seria unidimensional, mas sobretudo, apresentam outros aspectos que dificultam seu crescimento econômicos, sociais, cultural e intelectual como: baixa escolaridade, dificuldade na moradia, problemas de saneamento

básico, qualidade no abastecimento de água, falta de conhecimento das políticas públicas de transferência de renda.

A permanência das beneficiárias por muito tempo no programa, é um fator preocupante pois o PBF é um programa de seguridade social não contributiva, o que pode futuramente comprometer a previdência dessas famílias. Diante desta perspectiva, não basta apenas proporcionar a estes públicos beneficiários dinheiro, mas sim políticas que possibilitem o crescimento cultural e intelectual, promovendo capacitações que levem a reflexão da importância e o interesse delas a mudarem de vida, buscando aprender uma profissão que as tornem independentes com perspectiva de empoderamento. Outra proposta importante para o crescimento econômico do município e geração de trabalho e renda, haja vista, que pertencemos a maior ilha Fúlvio marítima do mundo, seria uma melhor articulação nas políticas públicas de potencialização das riquezas, pois vivemos em um verdadeiro contraste entre pobreza e riqueza.

A segunda, não nos favorece, somos agraciados pelas belas praias, fazendas ecológicas, mangues, braços de rios que poderiam se transformar em passeios fluviais, rico no folclore de cultura popular, como as lendas, mitos, artesanato, além da vasta produção do pescado, do leite de búfala, queijo do marajó e seus derivados, frutos, mariscos, todos aqui citados, são conhecidos no mundo inteiro, muitos já saíram em manchetes de telejornais, entretanto, são pouco explorados, essa riqueza que poderia suavizar a presente pobreza não alcança seu povo como deveria.

A vulnerabilidade é explícita, como mostra a pesquisa realizada que apontou⁵(IFDH) baixo, inferior a 0,4. essa faixa representa precariedades em todos os setores econômicos e sociais da nossa região.

Diante do exposto, e do que foi discutido, as considerações finais constataam que às hipóteses levantadas nessa dissertação, foram confirmadas, deixando claro que programa Bolsa Família no Município de Soure tem importantíssima contribuição para o enfrentamento da pobreza, amenizando as dificuldades mais essenciais. O PBF possibilita que o mínimo seja possível para assegurar os direitos básico, dignos da humanidade que são garantidos pela legislação brasileira.

⁵ Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de coalização: o dilema institucional brasileiro. Rio de Janeiro, Revista Dados, vol. 31, n.1, 1988. ABRUCIO, Fernando. Os barões da Federação. São Paulo, **Revista Lua Nova**, vol. 33, 1994. i. Estado e cidadania no Brasil BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Razões econômicas não economicistas do golpe de 1964. Campinas, Textos para Discussão IE/Unicamp.

ALENCASTRO, Luiz F. Parecer sobre a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, ADPF/186, apresentada ao Supremo Tribunal Federal. <https://fpabramo.org.br/2010/03/24/cotas-parecer-de-luis-felipe-de-alencastr>

BELCHIOR, Miriam. **A Aplicação de Planejamento Estratégico Situacional em Governos Locais: Possibilidades e Limites** - Os Casos de Santo André e São José dos Campos. Dissertação apresentada ao Curso de Pós Graduação da FGV-EAESP, São Paulo, mimeo, 1999.

BRASIL. Casa Civil. Decreto Presidencial-Regulamenta o funcionamento do Auxílio Brasil, nov 2021. Disponível <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2021/novembro/decreto-presidencia-regulamenta-o-funcionamento-do-auxilio-brasilpdf>

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento E Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Cartilha do Programa Bolsa Família. Brasília**, DF: ministério do desenvolvimento e assistência social, 10 jan.2023. Assunto bolsa família. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/pdf>.

BRASIL. SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO (SAGI). **Relatório de Programas e Ações**. 2023. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/>. Acesso em: 30 maio 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10650852/artig>>. Acesso em: 20 abr. 2008

BELCHIOR, Miriam e MINDRISZ, Maurício. **Planejamento estratégico municipal**. São Paulo: mimeo, 1994. 33p.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel. O Estado brasileiro e os limites da estatização. Ensaio de Opinião, Rio de Janeiro, Paz e Terra, n.2-3, 1977.

CARDOSO JÚNIOR, J. C., & Castro, J. A. **Economia política das finanças sociais ~~brasil~~ no período 1995 – 2002**, (2016).

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**, o longo caminho. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008. Capítulo 4.

CASTRO, J. A. Política social e desenvolvimento no Brasil In: Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, 2012.

COSTA, A. B. da, & Soares, M. A. T. (2020). **Crise econômica, pandemia e a política de transferência de renda no Brasil**. *Cadernos De Ciências Sociais Aplicadas*, 17(30), p. 65-83. <https://doi.org/10.22481/ccsa.v17i30.7124>

CRUZ NETO, A. C. da Cruz; Simões, R.F. Teoria do desenvolvimento Regional e suas implicações de política econômica no pós-guerra: O caso do Brasil. Belo Horizonte: DEWES, J. Amostra em Bola de Neve e respondente -Divem Sampling. **Uma descrição dos Métodos**. Monografia. Bacharel em Estatística – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. P.07, 2013.

DRAIBE, Sonia. Especificidades do Welfare State brasileiro. Brasília, Cepal, 1989

DRAIBE, Sonia. **Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006. Capítulo 1 – Rumo à industrialização e à nova forma do Estado.

FEDERECI, Sílvia. “A acumulação do trabalho e a degradação das mulheres”.In: __.Calibã e a bruxa: mulheres, corpos e a acumulação primitiva. Tradução coletiva Sycorax. São Paulo: Editor Elefante, 2017.

.FIORI, José Luís. Estado e desenvolvimento na América Latina: notas para um novo programa de pesquisa. Santiago, Cepal, 2013.

FONSECA Ana &FAGNANI Eduardo **Políticas Sociais, desenvolvimento e cidadania**. (org.) Editora Fundação Abramo, São Paulo, 2013.

FRIEDRICHF, Ebert Austeridade e Retrocesso: **impactos sociais da política fiscal no Brasil**. São Paulo. 2018.

GIOVANNI, G. As estruturas elementares das políticas públicas. disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=105472>

GUERRA, A. L. (2017) Estado, garantia de renda e geração de oportunidades: a estratégia da prefeitura de Osasco no período 2005 – 2012

GUIMARAES. Brasil se Despede do BOLSA Cátia FAMILIA. **Poli. Saúde, educação e trabalho**. São Paulo, Fiocruz, vol.2 n7 a 9. Jan/Fev.2022.

GUEDES, Lilian. **Seduc distribui novos cartões às Unidades de Ensino do interior paraense**. 2021. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/27762/seduc-distribui-novos-cartoes-as-unidades-de-ensino-do-interior-paraense>. Acesso em: 30 jun. 2023.

GUEDES, Lilian. **Água e Saneamento**. Agência Pará. Disponível em: <https://www.agenciapara.com.br/noticia.governo-do-estado-constroi-seis-sistemas-de-abastecimento-de-água-no-municipio-de-Soure-no-Marajo>. Acesso em :25 julho. 2023

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico de Soure em 2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2010. Disponível:divulga-análise-sobre-combate-a-extrema-pobreza-no-pais

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Notícia Assistência Social. Brasília: Ipea, 2022. Disponível: <https://www.scielo.br/j/raeel/a/LVPkw9yHZfJ9kvjC8VSgTsh/?format=pdf&lang=pt>

JR-. Marajó. Meninas em Risco. Recordtv. Disponível em: <https://recordtv.r7.com/jornal-da-record/series/serie-jr-marajo-meninas-em-risco-29.09.2018>

KERSTENETZKY, C. L. Políticas Sociais: focalização ou universalização? In: Revista de Economia Política, vol. 26, no 42006

KLIASS, Paulo e CARDOSO JR. José Celso. Três mitos liberais sobre o Estado brasileiro. São Paulo, Brasil Debate, (2016)

KLIKSBERG, B. (2014) Como enfrentar a pobreza e a desigualdade? Uma perspectiva internacional, editora fundação Perceu Abramo, São Paulo (SP). Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/miolo-kliksberg-final.pdf>.

KON, Anita. **Quatro Décadas de Planejamento Econômico no Brasil**. RAE-Revista de Administração de Empresas, v. 34, n.3, São Paulo: FGV, 1994, p.49-61.

MENDES, M. **Sistema Orçamento Brasileiro: Planejamento**. Equilíbrio Fiscal e Qualidade do Gasto Público. Consultoria Legislativa do Senado Federal, texto p/ discussão nº 39, fevereiro de 2008.

MARSHALL, Thomas H. (2002). **Cidadania e classe social**. Volume I. Brasília: Senado Federal, Centro de Estudos Estratégicos, Ministério da Ciência e Tecnologia.

NUNES, S.P, NUNES R. C. **O Processo Orçamentário na Lei de Responsabilidade: Instrumento de Planejamento**. 2002.

OLIVEIRA, F.A **Economia E Política das Finanças Públicas no Brasil**, Hucitec, São Paulo, 2009- Capítulo 2- O orçamento Público: Origens, Papeis e gestão.

OLIVEIRA, M. M.; Carvalho, C. P. (2017) A implementação de uma política educacional de combate ao fracasso escolar: percepções e ações de agentes implementadores em uma escola municipal do Rio de Janeiro. In: Boletim de Análise Político-Institucional, IPEA. Out/2017

ORTIZ, Lúcio Rangel Alves; CAMARGO, Regina Aparecida Leite. BREVE HISTÓRICO E DADOS PARA ANÁLISE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA. In: II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2., 2016, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Unesp, 2016. p. 1-10.

PIANA, MC. **As políticas sociais no contexto brasileiro: natureza e desenvolvimento**. São Paulo. UNESP. 2009.

PIKETTY, Thomas. **Capital e ideologia**. Brasil: Intrínseca, 2020.

POCHMANN, Marcio e NOZAKI, William. A sociedade brasileira entre valores modernos e mercantis. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2017/04/10/asociedadebrasileira-entre-valores-modernos-e-valores-mercantis/>.

POLANYI, K. (2000) A grande transformação. Capítulo 6. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/262942/mod_resource/content/2/A_grande_transformacao%CC%A7ao_as_origens_de_nossa_epoca_Polanyi.pdf

PNUD (Programa das Nações Unidas Para O DESENVOLVIMENTO). **Índice de Pobreza revela grandes desigualdades entre grupos étnicos**. 2021. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/news/%C3%ADndice-de-pobreza-revela-grandes-desigualdades-entre-grupos-%C3%A9tnicos>. Acesso em: 30 maio 2023.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1942.

RAICHELIS, Raquel. **Gestão pública e a questão social na grande cidade**. São Paulo: Lua Nova., 2006.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1979. Capítulo 4.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Mitologias institucionais brasileiras: do Leviatã paralítico ao Estado de natureza. São Paulo, **Revista do IEA**, n.7, 1993. UFMG/Cedeplar, 2009.

SITCOVSKY, Marcelo. Particularidades da expansão da Assistência Social no Brasil. In: O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. MOTA, Ana Elizabete (org). 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SOARES, Sergei Soarez. **Metodologias para Estabelecer a Linha de Pobreza: Objetivas, Subjetivas, Relativas, Multidimensionais**. Rio de Janeiro: ipeia,2009.

REGO, Walquíria & PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania**. São Paulo: Editora da Unesp, 2013.

YANNICK Vanderborgh e VAN Parijs (2016) **Renda básica de cidadania: fundamentos éticos e econômicos**. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2006.

Apêndice A - Roteiro de Entrevistas utilizado com as Beneficiárias do PBF

Roteiro de entrevista para beneficiários do programa Bolsa Família do município de Soure. cujo projeto pretende analisar a importância para o enfrentamento da pobreza.

Local da entrevista: _____

Nº de entrevista _____

I. IDENTIFICAÇÃO

1. Nome (iniciais nome e sobrenome)

2. Idade

3. Qual seu grau de sua escolaridade?

4. Profissão

5. Estado civil

II. QUESTÕES NORTEADORAS DA ENTREVISTA

1. Como você vê o Programa Bolsa Família?

2. Quantas pessoas moram na residência?

3. A residência é própria?

4. Você tem conhecimento do que se trata o programa?

5. Como o benefício é mais utilizado?

6. Quanto tempo você recebe o benefício?

7. Como você foi inserido no programa? Titular ou transferência?

8. O programa é a principal renda da família, quais outras rendas a família possui?

9. Você pretende continuar no programa por muito tempo?

10. Que melhorias sua família obteve com a inserção no programa?

11. Você considera que o valor ofertado pelo programa é suficiente para a demanda que o programa estabelece em relação às exigências das condicionalidades?

12. Você tem alguma dificuldade no recebimento do PBF?

13. Você tem dificuldades no atendimento aos veículos de acolhimento municipal como: CRAS, CREAS, Conselho Tutelar?

